

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel
Centro de Ciências Sócio-organizacionais
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas
Agroindustriais



Dissertação

O papel do cooperativismo agropecuário no desenvolvimento territorial: O caso da Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul Ltda (COOPAR)

Wendelino Fang

Pelotas, 2021

Wendelino Fang

O papel do cooperativismo agropecuário no desenvolvimento territorial: O caso da Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul Ltda (COOPAR)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel/Centro de Ciências Sócio-organizacionais da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais.

Orientador: Prof. Dr. Alisson Eduardo Maehler
Coorientador: Prof. Dr. Augusto Hauber Gameiro

Pelotas, 2021

Wendelino Fang

O papel do cooperativismo agropecuário no desenvolvimento territorial: O caso da Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul Ltda (COOPAR)

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel/Administração e Turismo, Universidade Federal de Pelotas.

Data: 26/10/2021

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Alisson Eduardo Maehler
Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lúcio André de Oliveira Fernandes
Doutor em Development Policy and Management pela University Of Manchester

Prof^a. Dr^a. Alessandra Troian
Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof. Dr. Mario Duarte Caniver (suplente)
Doutor em Administração pela Wageningen University.

Agradecimentos

À Universidade Federal de Pelotas por proporcionar um ambiente propício à evolução e crescimento pessoal e profissional constantes.

À Faculdade de Agronomia e ao Centro de Ciências Sócio-organizacionais por terem sido a instituição de pós-graduação.

À direção, corpo docente, administração, técnicos e demais funcionários por assegurar o acesso à educação continuada.

Aos dirigentes, colaboradores e associados da COOPAR, pela disponibilidade de tempo para as entrevistas, pela transparência no fornecimento dos dados solicitados.

Aos professores orientadores Dr. Alisson Eduardo Maehler e Dr. Augusto Hauber Gameiro, pelos ensinamentos transmitidos durante o Mestrado, pela atenção e auxílio fundamentais para a concretização desta dissertação. Agradeço a oportunidade de aprender com profissionais qualificados como vocês.

Aos meus filhos, pela companhia, apoio e incentivo nesta jornada.

À banca examinadora Prof. Dr. Lúcio André de Oliveira Fernandes, Prof^a. Dr^a. Alessandra Troian e Prof. Dr. Mario Duarte Canever pelo aceite do convite e disponibilidade em contribuir.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para que este momento se realizasse.

Notas Preliminares

A presente dissertação foi redigida segundo o Manual de Normas para Dissertações, Teses e Trabalhos Científicos da Universidade Federal de Pelotas de 2019, adotando o Nível de Descrição 4 – estrutura em Artigos, descrita no Apêndice D do referido manual. < <https://wp.ufpel.edu.br/sisbi/files/2019/06/Manual.pdf>> Acesso em: 20 de agosto de 2021.

Resumo

FANG, Wendelino. **O papel do cooperativismo agropecuário no desenvolvimento territorial:** O caso da Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul LTDA (COOPAR). 2021.109f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

O cooperativismo agropecuário é relevante por prestar inúmeros serviços aos produtores associados, sendo este o ramo do cooperativismo com o de maior número de cooperativas atuantes, o terceiro em número de associados e o primeiro em número de colaboradores. Constitui-se assim, uma importante forma de organização econômica e social, capaz de auxiliar no enfrentamento dos grandes desafios da atualidade. No tocante ao desenvolvimento territorial, se propõe explorar a importância do cooperativismo, uma vez que são organizações constituídas por associados para amenizar deficiências locais relacionadas a problemas de mercado e à geração de renda e desenvolvimento territorial. O presente trabalho teve como objetivo analisar a contribuição da cooperativa agropecuária no desenvolvimento territorial. Foi realizado um estudo de caso, de caráter exploratório e análise qualitativa. O objeto de estudo foi a Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores da Região Sul (COOPAR), que tem sua sede administrativa situada no município de São Lourenço do Sul - RS. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com diferentes atores (cooperados, gestores e especialistas) que atuam no desenvolvimento territorial. Para a realização das entrevistas, dois roteiros foram desenvolvidos: um destinado aos cooperados e outro aos especialistas que atuam no desenvolvimento de suas comunidades. Foram realizadas 10 entrevistas: seis associados produtores de leite, dois gestores e dois especialistas. No geral, pode-se observar que a cooperativa agropecuária contribui com o desenvolvimento territorial nas quatro dimensões (social, econômica, tecnológica e cultural) por meio da geração de emprego, renda, geração de impostos, assistência técnica aos cooperados e, promoção e apoio a eventos e feiras. Tal compreensão do papel das cooperativas é fundamental para o desenvolvimento do cooperativismo e reconhecimento de sua relevância para a comunidade.

Palavras-chave: Cooperativismo agropecuário. Desenvolvimento territorial. Produção de leite.

Abstract

FANG, Wendelino. FANG, Wendelino. **O papel do cooperativismo agropecuário no desenvolvimento territorial:** Um estudo de caso da Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul LTDA (COOPAR). 2021. 109f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

The agricultural cooperatives are relevant for providing numerous services to associated producers. It is the cooperative branch with the largest number of active cooperatives, the third in the number of members, and the first in the number of employees. Thus, it constitutes an important economic activity and form of social organization, capable of helping to face significant challenges. Concerning territorial development, the exploration of the role of cooperatives is relevant since they are organizations made up to alleviate local deficiencies related to market problems, income generation, and territorial development. This study aimed to analyze the contribution of an agricultural cooperative in territorial development. The Actor-Oriented Perspective theory was adopted to help understand the role of each actor in the heterogeneous context related to territorial development. A case study of exploratory character and qualitative analysis was carried out. The object of study was the Mixed Cooperative of Small Farmers in the South Region (COOPAR), which has its administrative headquarters located in the municipality of São Lourenço do Sul (RS). Data collection was performed with semi-structured interviews with different actors (cooperators, managers, and specialists) who work in territorial development. Two scripts were developed to carry out the interviews: one for cooperative members and the other for specialists who work in the development of their communities. A total of 10 social actors were interviewed: six milk-producing associates, two managers, and two specialists. Overall, it was possible to observe that the agricultural cooperative contributes to territorial development in social, economic, technological, and cultural dimensions through the generation of employment, income, taxes, technical assistance to cooperative members, and support to events and fairs. This perspective is fundamental for allowing the development of cooperatives and acknowledgment of their relevance to the community.

Keywords: Agricultural cooperatives. Territorial development. Milk production

Lista de figuras

Figura 1	Quadro com os conceitos referente às quatro dimensões desenvolvimento.....	19
Figura 2	Organizações cooperativas x sociedades mercantis.....	25
Figura 3	Gráfico Ramos do cooperativismo Brasileiro 2018.....	28
Figura 4	Gráfico da evolução do número de cooperados x1000, no Brasil Dados referentes ao período de 2015 a 2019.....	28
Figura 5	Gráfico da evolução do número de colaboradores diretos no cooperativismo Brasileiro, período de 2015 a 2019.....	29
Figura 6	Gráfico da evolução do número de cooperativas agropecuárias no Brasil e no Rio Grande do Sul no período de 2015 a 2019.....	32
Figura 7	Relação cooperativa cooperados e mercado.....	34
Figura 8	Etapas do desenvolvimento do estudo de caso	39
Figura 9	Elementos para elaboração das entrevistas e análise de dados.....	40
Figura 10	Fases da pesquisa.....	46
Figura 11	Organograma da distribuição das responsabilidades e ações de cada setor da COOPAR	51
Figura 12	Estratificação do faturamento da COOPAR, de 2017 a 2020.....	54
Figura 13	Mapa da região sul evidenciando áreas de atuação da COOPAR...	55
Figura 14	Participação da COOPAR no total do Valor Adicionado do município de São Lourenço do Sul.....	58
Figura 15	Valor de financiamentos pela COOPAR aos associados, no período de 2017-2020.....	60

Lista de Abreviaturas e Siglas

PIB	Produto Interno Bruto
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
OCERGS	Organização da Cooperativas do Rio Grande do Sul
ONU	Organização da Nações Unidas
OCB	Organização da Cooperativa Brasileiras
FEE	Fundação Estadual de Economia e Estatística
COOPAR	Cooperativa dos Pequenos Agricultores da Região Sul
COSULATI	Cooperativa Sul Riograndense de Laticínios Ltda
FEDAG	Federação agricultura do Rio Grande do Sul
FECOAGRO	Federação das Cooperativas Agropecuárias
COTRIROSA	Cooperativa Triticola Santa Rosa Ltda
OCDE	Organização Coop e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial de Saúde
MAPA	Ministério Agricultura e Pecuária
IPEA	Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada
POA	Perspectiva Orientada Aos Atores
VA	Valor Adicionado
SDR	Secretaria Desenvolvimento Rural
STR	Sindicato Trabalhadores Rurais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Tema	13
1.2	Problema	13
1.3	Objetivos:	14
1.3.1	Geral:.....	14
1.3.2	Específicos:	14
1.4	Justificativa	14
2	REVISÃO DA LITERATURA	16
2.1	Conceitos de território e desenvolvimento.....	16
2.2	Cooperativismo	21
2.2.1	Definição de cooperativas	24
2.2.2	Panorama do Cooperativismo Brasileiro	27
2.2.3	Cooperativismo agropecuário e comércio exterior	30
2.2.4	O Rio Grande do Sul no contexto nacional	32
2.2.4.1	Cooperativas: relação cooperados e o mercado	33
3	MÉTODO	36
3.1	Classificação da pesquisa	36
3.2	Condução do estudo de caso.....	39
3.2.1	Acessibilidade ao Objeto de Estudo	43
3.3	Coleta dados	44
3.4	Análise de dados	45
4	RESULTADOS	48
4.1	Descrição dados.....	48
4.1.1	História e Surgimento da COOPAR	48
4.1.2	Estrutura administrativa da Cooperativa dos Pequenos Agricultores da Região Sul Ltda	50
4.1.2.1	Infraestrutura	53
4.1.3	Estratificação do faturamento da COOPAR no período de 2017/2020	54
4.1.4	Área de atuação	55
4.1.5	Contribuição da COOPAR: arrecadação do valor adicionado	57
4.1.6	Financiamento e mutualidade entre cooperativa e produtores.....	59
4.1.7	Cooperados produtores de leite	60
4.1.7.1	Gerenciamento das Propriedade Produtoras de Leite	62
4.2	Análise das entrevistas.....	62
4.2.1	Dimensão social	65
4.2.2	Dimensão econômica	68
4.2.3	Dimensão tecnológica	74
4.2.4	Dimensão cultural.....	78
4.2.5	Desafios dos diferentes atores para o desenvolvimento territorial	79
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
	Referências	86
	Apêndices	93
	Anexos	98

1 INTRODUÇÃO

O cooperativismo é um movimento econômico e social entre pessoas, em que a cooperação é baseada na participação dos associados, com vistas a atingir um bem comum. Portanto, cooperativas podem ser definidas como empresas constituídas por associações autônomas de pessoas que se unem voluntariamente, com o intuito de satisfazer suas aspirações econômicas, sociais e culturais (BIALOSKORSKI, 2002).

Diversos são os benefícios econômicos e sociais promovidos por esse modelo de organização. Estudos prévios já apontaram uma correlação positiva entre a atuação de cooperativas e melhores indicadores socioeconômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Além disso, a média salarial dos colaboradores já foi observada, sendo 12% superior quando comparada às demais empresas privadas (DELAI *et al.*, 2013; JACQUES *et al.*, 2016). Esses resultados foram obtidos a partir de estudos realizados em municípios do Mato Grosso, comparando localidades com cooperativas predominantemente agropecuárias e localidades sem cooperativas, analisando o nível salarial entre colaboradores de instituições cooperativas e demais empresas localizadas nestas localidades.

Historicamente, no contexto do cooperativismo brasileiro, dentre os demais tipos de cooperativas, as agropecuárias têm expressiva relevância econômica e social. No Brasil, a participação das cooperativas agropecuárias soma um total de 1.613 organizações, com 1,1 milhão de cooperados e mais de 209 mil colaboradores. No Rio Grande do Sul, em 2018, estavam operantes 130 cooperativas agropecuárias, com mais de 320 mil associados e 36.600 colaboradores (OCERGS, 2018). Ainda no Rio Grande do Sul, em 2019, as cooperativas agropecuárias chegaram a contribuir, por meio da arrecadação de impostos, com mais de R\$ 1,7 bilhão de reais (OCERGS, 2019). Esses dados corroboram a importância das cooperativas na geração de emprego e distribuição de renda.

Nesse âmbito, o ano 2012 foi declarado pela ONU (Organização das Nações Unidas) como o ano internacional do cooperativismo, sugerindo que as cooperativas podem ser uma importante forma de organização, capaz de viabilizar atividades econômicas e sociais para muitas pessoas. Segundo Logmovejo *et al.* (2012), a partir

dessa celebração, as cooperativas tiveram a oportunidade de posicionar-se como um setor influente nos processos de desenvolvimento econômico e social, promovendo o desenvolvimento local. O autor explica que esta influência, a nível local, ocorre por meio das cooperativas de base, promovendo o desenvolvimento regional a partir da integração dos diferentes setores, possibilitando uma competição mais eficiente, tal como ocorre nas empresas privadas. Ainda, o documento da ONU-Agenda 2030, publicado em 2015, traz um subitem que trata da implementação das metas, fazendo referência ao papel do setor privado diverso, entre estes, as microempresas e cooperativas, além das demais organizações da sociedade civil, na implementação dessa nova agenda (UN, 2015).

Ao longo dos anos, o movimento cooperativista brasileiro se fortaleceu e adquiriu representatividade, tendo como principal órgão a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Nesse universo, as organizações cooperativas estão classificadas em oito ramos, conforme sua atuação. Assim, as cooperativas que atuam em atividades relacionadas à agropecuária, extrativista, agroindustrial, aquícola ou pesqueira são denominadas de ramo agropecuário (FEE-RS, 2019).

Todos os resultados produzidos pelas organizações cooperativas são reinvestidos nos locais onde estas estão inseridas, no entanto, às vezes as comunidades são surpreendidas com a dissolução dessas instituições. Assim, é comum surgirem notícias como: “Uma tradicional Cooperativa de Arroz encerrou suas atividades outubro de 2017 no município de São Lourenço do Sul, A COOPAC – Cooperativa Armazenadora de Cereais Ltda, a qual possuía como principal função, receber, secar e armazenar o arroz”. Também, em Pelotas, a COSULATI – Cooperativa Sul Riograndense de Laticínios Ltda, que vinha atuando por quase meio século com marcas e produtos já consolidados, apresentou uma situação de déficit e, em 2016 a assembleia aprovou a dissolução voluntária. Isso, em muitos casos, pode acarretar um alto passivo, além de um desamparo para produtores associados, impactar negativamente nos empregos relacionados e, por vezes, comprometer as administrações municipais pela queda da arrecadação de impostos e contribuições.

Deste modo, as comunidades muitas vezes se deparam com dificuldades socioeconômicas em decorrência dessas dissoluções. Segundo a FETAG-RS (2019), Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Sul, a dissolução é

negativa e abala a confiança do produtor. Além do abalo econômico, na comunidade em geral, cria-se uma desconfiança em torno do sistema cooperativista e do associativismo como um todo. Comumente é possível encontrar a expressão “viúvas da cooperativa tal”, referindo-se a associados que realizaram projetos e investimentos que, abruptamente, foram paralisados pelo encerramento das atividades de sua cooperativa. Diante do exposto, é constatado o quão importante são as cooperativas agropecuárias no desenvolvimento, uma vez que a comunidade em geral sente quando estas se tornam ausentes.

Aqui, se propõe buscar por meio deste estudo, informações acerca da atuação e da importância das cooperativas agropecuárias no tocante ao desenvolvimento territorial. Feijó (2011) explica que, ao longo do tempo, experiências históricas em diversos países indicam que as cooperativas têm se mostrado um importante instrumento de desenvolvimento, além de auxiliar os membros cooperados, geram empregos e propiciam o aumento da arrecadação de impostos.

Assim, as cooperativas impactam um significativo número de atores: destacam-se os cooperados, que indiretamente são os gestores e podem se beneficiar diretamente das operações e serviços prestados pela cooperativa; os colaboradores, que são as pessoas que colocam suas expectativas referentes ao trabalho e renda; os administradores ou gestores, responsáveis pela condução da organização cooperativa; além de outros atores, como os agentes de desenvolvimento que promovem políticas de desenvolvimento que repercutem na comunidade em geral.

Dessa forma, ficou definido como tema central do estudo: a contribuição do cooperativismo agropecuário no desenvolvimento territorial rural. Assim, o delineamento do estudo levou para a condução de um estudo de caso, tendo como objeto a **Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores da Região Sul Ltda (COOPAR)**, localizada em São Lourenço do Sul, no estado do Rio Grande do Sul.

A COOPAR atua em diversas áreas: assistência técnica, recebimento e secagem de grãos, comercialização de insumos, venda de combustíveis, com destaque para sua principal atividade, que é a preocupação com desenvolvimento da cadeia de laticínios. Neste setor a importância se concentra no desenvolvimento dos produtores associados, que na maioria são da agricultura familiar, com apoio financeiro e técnico. Ademais,

realiza todos os processos de recolhimento, industrialização, e disponibiliza os produtos ao mercado consumidor. Desde modo, os principais dados utilizados no presente estudo estão relacionados a este setor.

No que tange à metodologia, como mencionado anteriormente, o trabalho está baseado em um estudo de caso, que consistiu em levantar dados referentes à organização cooperativa e a realização de entrevistas semiestruturadas, englobando atores que agem no desenvolvimento rural dentro do território de atuação da COOPAR. Na estrutura teórica proposta, a visão de desenvolvimento local está associada à agência dos cooperativados (atores sociais), uma vez que, ao constituírem a organização cooperativa, visam articular a unidade agrícola (propriedade rural) ao ambiente econômico social, algo que dificilmente conseguiriam individualmente.

A escolha do tema justifica-se pela importância que as cooperativas agropecuárias têm em relação ao desenvolvimento de toda a comunidade, em especial para pequenos e médios produtores. Dentre os fatores que motivaram esta escolha estão, a importância econômica e social das cooperativas agropecuárias, considerando que desenvolvem uma grande variedade de atividades, e, finalmente, a relevância a percepção das comunidades em relação aos temas desenvolvimento e cooperativismo agropecuário.

Por fim, este estudo tem por objetivo geral caracterizar uma cooperativa agropecuária (COOPAR) e analisar como a inserção dessa instituição contribui no desenvolvimento territorial rural, na área de sua atuação.

1.1 Tema

Cooperativismo agropecuário e o desenvolvimento territorial rural.

1.2 Problema

Qual a importância do cooperativismo agropecuário no desenvolvimento territorial rural?

1.3 Objetivos:

1.3.1 Geral:

O objetivo geral deste trabalho é analisar as contribuições e a importância da COOPAR (Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul Ltda) no desenvolvimento territorial.

1.3.2 Específicos:

- a. Caracterizar a COOPAR e o papel da cooperativa junto aos associados produtores de leite e a contribuição desta no desenvolvimento das atividades desses cooperados;
- b. Identificar ações desenvolvidas pelos dirigentes que visam melhorar ou desenvolver as atividades dos associados;
- c. Elencar contribuições desenvolvidas pela COOPAR, que repercutem no desenvolvimento territorial rural.

1.4 Justificativa

Considera-se que o estudo aqui proposto é relevante para a compreensão da importância das cooperativas agropecuárias no desenvolvimento territorial rural. As cooperativas agropecuárias, atualmente, formam o segmento ou ramo economicamente mais forte do cooperativismo gaúcho (OCB, 2019).

As principais cadeias do agronegócio no RS contam com a atuação das cooperativas agropecuárias. Segundo dados da Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul, em 2019, das cooperativas que estavam ativas no estado, a distribuição

se dava da seguinte forma: 62 organizações que atuam nas áreas de grãos, 46 em laticínios, 41 em insumos, 23 em varejo, 32 no hortifruti cultura, 12 na área de proteína animal, 11 na vitivinicultura, uma de lã, e 10 na área de representação. Dentro desse cenário, dá-se destaque para a participação da comercialização do segmento soja, como também na fabricação de vinho, onde respectivamente a participação no ano de 2019 foi de 50% e 30%, segundo a Federação das Cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul (FECOAGRO, 2019). Este conjunto de cooperativas atua em diversas áreas de negócios, prestando vários serviços aos produtores associados, como assistência técnica, social e educacional, fornecimento de insumos, recebimento, armazenamento, intermediação de serviços financeiros, industrialização e comercialização da produção.

Destarte, investigar a contribuição de uma organização, inserida no contexto do cooperativismo agropecuário para o desenvolvimento territorial rural, justifica o presente trabalho, uma vez que, diversos estudos bibliométricos analisados, entre eles, Begins et al. (2014), Silva et al. (2017) e Pissuti et al. (2018), sugerem a importância do tema na atualidade. Essa importância apontada se dá a partir do momento em que nesses estudos fica evidenciado um elevado número de pesquisas centradas em aspectos econômicos e gerenciais, tendo poucas pesquisas relacionadas aos demais aspectos que contribuem no fortalecimento do cooperativismo, como sociais e ambientais.

A escolha da COOPAR como objeto de estudo, justifica-se pela peculiaridade de estar atuante por mais de 28 anos e pelo elevado incremento do número de associados atuantes. Também se optou por esta cooperativa em função do acesso e proximidade geográfica, tendo em vista que esta organização cooperativa está localizada no interior de São Lourenço do Sul, bem próximo a Pelotas RS, e sua atuação é restrita a alguns municípios circunvizinhos a esta localidade.

Ainda, justifica-se o interesse pessoal, por parte do autor, no levantamento de questões inerentes ao desenvolvimento do cooperativismo e as contribuições no desenvolvimento econômico e social, uma vez que a percepção é que esta forma de organizar a produção parece se desenvolver de forma desigual nas distintas regiões. Por fim, atualmente o autor é cooperado da COOPAR, o que possibilitou a realização dos contatos iniciais e a coleta de dados, facilitando na obtenção dos dados.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo é apresentada a revisão de literatura, a qual dará suporte para a presente pesquisa. Para isso, buscaram-se livros, teses, artigos e dissertações disponíveis em *sites* de pesquisa, principalmente do portal Periódicos Capes.

A seguir, inicia-se com a apresentação dos conceitos de território e desenvolvimento, e na sequência por aspectos que caracterizam o cooperativismo.

2.1 Conceitos de território e desenvolvimento

A abordagem territorial do desenvolvimento vem despertando interesse principalmente desde meados dos anos 1990, nascendo a partir da necessidade de uma redefinição e redirecionamento em virtude de uma crise de capital. Conforme Navarro (2001), até então, o desenvolvimento fora associado ao conjunto de ações do Estado e dos organismos internacionais, destinadas às intervenções nas regiões pobres que não conseguiam se integrar ao processo de modernização, via substituição de fatores de produção considerados atrasados.

Desde então, a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento) voltou sua atenção para estudos que levavam em consideração a integração entre políticas nacionais, regionais e locais nessa temática. Deste modo, segundo Ortega (2007), o Banco Mundial passou a incentivar estratégias de desenvolvimento territorial, recomendando aos Estados Nacionais, o aproveitamento ou a constituição de arranjos socioprodutivos locais. Veiga (2002) aponta que uma política de estratégia de desenvolvimento local deve ser considerada como um complemento às políticas de desenvolvimento regional, surgindo assim, a concepção de desenvolvimento territorial. A partir da segunda metade dos anos 90, os conceitos de desenvolvimento começam então a incorporar outras dimensões além da meramente econômica.

Buarque (2002), no seu conceito de desenvolvimento territorial, pontuou alguns desses aspectos:

Um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local (BUARQUE, 2002 p.25).

Já Pieniz (2013) afirma que o desenvolvimento transcende as questões econômicas, desta forma, envolvendo questões subjetivas. O desenvolvimento territorial passa a levar em consideração características locais de determinado território, com o intuito de melhorar a vida daquela comunidade.

Deste modo, começam a surgir termos como capital social, que de modo resumido, segundo Putnam (2006), pode ser definido como um conjunto de atributos ou laços e normas de confiança e reciprocidade disponíveis numa comunidade. Melo (2019) afirma que capital social é um conceito recente, mas que é empregado com êxito no que diz respeito à análise e compreensão do desenvolvimento, ressaltando que, o capital social é o conjunto de elementos encontrados na vida cotidiana das pessoas, nas relações entre indivíduos e comunidade.

Neste âmbito, Silva et al. (2009) avaliaram a evolução do capital social e concluíram que existe um fortalecimento desses laços na área de atuação das cooperativas. Por conseguinte, Mello (2019) pondera que o associativismo e o cooperativismo potencializam as ações coletivas que, por sua vez, fortalecem o capital social na formação de redes de desenvolvimento.

Assim, Oliveira (2005) argumenta:

Se as cooperativas podem ser consideradas como unidades de produção de capital social e se elas podem ser consideradas como unidades de sustentação da economia solidária. Estas observações se tornam importantes, pois se permite, através delas, enxergar o papel que as cooperativas populares desempenham, por exemplo, em programas de desenvolvimento. [...] E, por outro lado, permite observar o grau de contribuição que estas cooperativas estão tendo no sentido de possibilitar aos seus cooperados, uma nova postura econômica e política (OLIVEIRA, 2005 p.26).

Ainda no contexto das questões subjetivas, relacionadas anteriormente ao desenvolvimento territorial, Vargas (2002) destaca a importância da presença de um ambiente de inovação e troca de informação. A relevância disso, para o desenvolvimento do território inovativo, consiste no compartilhamento das identidades socioculturais, que

permitem maior interação entre os atores, além de, por outro lado, a presença de aglomerações produtivas territoriais representarem uma estrutura que facilita a promoção de redes cooperativas, favorecendo o processo de aprendizagem intensiva e interativa. Ademais, Correa (2009) destaca a importância da integração entre atores locais, indivíduos e instituições, capazes de gerar sinergias positivas para o espaço no qual atuam.

Braga (2001) enfatiza que a elevação do termo “território” às discussões sobre desenvolvimento conduz os debates à utilização de potenciais econômicos, humanos, naturais e culturais, internos a cada território, definindo essa abordagem como desenvolvimento territorial endógeno. Esta abordagem, segundo Aranda *et al.* (2009), baseia-se na melhoria das capacidades competitivas e na transformação dos sistemas produtivos locais dos territórios.

Abromavay (2000) entende que território é muito mais que um espaço físico onde acontecem relações entre indivíduos e organizações, caracterizando território como um espaço que possui um tecido social, com uma organização complexa feita com diversos atributos que desempenham papel importante, muitas vezes além e até desconhecido do próprio desenvolvimento econômico. O mesmo autor ainda pontua que o desenvolvimento territorial somente é possível com a formação de uma rede de atores trabalhando para a valorização das potencialidades de cada região.

Nesse âmbito, Boesier (1997, 2005) propõe a articulação de quatro diferentes dimensões para promover o desenvolvimento endógeno: **a dimensão social**, que permite ao território fazer suas escolhas; **a dimensão econômica**, que trata da capacidade territorial na articulação dos diversos recursos capazes de gerar excedentes de renda que poderão ser reinvestidos localmente, gerando assim sustentabilidade e diversificação da base material para o desenvolvimento; **a dimensão científica e tecnológica**, que se refere à capacidade territorial de inovar e empreender; e, por fim, **a dimensão da identidade cultural**, que é definida pelos vínculos que a comunidade tem com o território para gerar o desenvolvimento. Dessa forma, com o intuito de caracterizar essas quatro dimensões do desenvolvimento, na figura 1 são sintetizados conceitos relacionados a estas (SACHS; 2002; SEN, 2004; SACHS, 2008; ARANDA, 2009; CARDOSO *et.al.*, 2014).

Dimensão social	Criação de um processo de desenvolvimento que seja sustentado por crescimento e subsidiado por outra visão do que seja uma sociedade boa. A meta é construir uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir a distância entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres. Reúne variáveis relacionadas à confiança, solidariedade e cooperação entre todos os envolvidos no processo de desenvolvimento (Cardoso et al., 2014).
Dimensão econômica	Relaciona-se à criação de condições para crescimento econômico, socialmente inclusivo e equitativamente distribuído; o desenvolvimento depende da remoção de fontes de privação de liberdades, sejam elas de natureza econômica ou de carência no acesso a serviços básicos e de assistência social (Sen, 2004; Sachs, 2008), por sua vez, afirma que o crescimento econômico deve ser analisado dentro de um dado contexto, onde as intervenções econômicas que concentram e excluem, não favorecem ao desenvolvimento.
Dimensão tecnológica	Relacionada com a capacidade territorial de gerar inovação, refere-se ao domínio e atualização do conhecimento e a sua aplicação nas atividades humanas, estimulando o processo continuado de inovações (Aranda, 2009).
Dimensão cultural	Procura de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas integrados, processos que busquem mudanças dentro da continuidade cultural e que traduzam o conceito normativo de desenvolvimento em um conjunto de soluções específicas para local, cultura e área (Sachs, 2002).

Figura 1 – Quadro com os conceitos referentes às quatro dimensões do desenvolvimento
 Fonte: Elaborado pelo autor com base na literatura referenciada.

A escolha desses autores foi motivada devido a abrangência de seus conceitos, considerando critérios subjetivos que influenciam o desenvolvimento territorial, já abordados no presente referencial.

Ademais, o desenvolvimento territorial está apoiado em outras dimensões, neste sentido, Sachs (1993) aborda conceitos relacionados à deterioração das condições ambientais, sugerindo que o equilíbrio entre os coeficientes de qualidade de vida e indicadores ambientais devem ser levadas em consideração. Portanto, o desenvolvimento não poderá ocorrer a qualquer custo, mas, deverá levar em

consideração a utilização perene dos recursos naturais. No entanto, neste trabalho, optou-se em ater as discussões nas 4 dimensões propostas no referencial.

Dando continuidade, destaca-se que, inicialmente o enfoque da abordagem do desenvolvimento territorial era fundamentalmente o urbano e industrial, procurando resolver questões relacionadas à competitividade de empresas locais, excluindo assim, o enfoque rural, que até então era considerado somente um setor da economia.

A abordagem territorial do desenvolvimento rural nos territórios já foi objeto de relevantes estudos (VEIGA, 2000; ABRAMOVAY, 2003; FAVARETO, 2010). Estes autores sugerem que o rural deve incorporar em seus conceitos alguns elementos como: o rural não pode mais ser tratado como sinônimo de agrícola, ou seja, este “novo rural” apresenta aspectos tipicamente urbanos; e, o rural deve envolver o aspecto de multisetorialidade e a compreensão de que as áreas rurais não são totalmente isoladas das áreas urbanas, mas sim que há uma rede de trocas entre o urbano e o rural.

Segundo o MDA -Ministério do Desenvolvimento Agrário (2005), o conceito de território rural encerra um conteúdo, engloba espaços geográficos e essencialmente relações entre os diversos atores que ocupam uma porção desse espaço, sendo assim conceituado:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA, 2005, p. 11).

Na mesma direção, Buttembender (2010) explica que cada região possui características únicas, fatores como história, cultura e estrutura econômica, ressaltando que o desenvolvimento de um território é um processo resultante da ação organizada de seus atores e organizações. O autor enumera algumas iniciativas, como: a valorização dos recursos endógenos no âmbito territorial, a organização em redes locais entre atores públicos e privados, entre outros. Neste sentido, explica que há uma relação entre a organização e o funcionamento de uma cooperativa, e o processo de desenvolvimento, afirmando que as organizações cooperativas podem ser reconhecidas como expressões das ações locais de desenvolvimento. Assim, neste contexto, quando se fala em

desenvolvimento, não se refere unicamente ao desenvolvimento econômico, mas a todos os elementos sociais, culturais, ambientais e pessoais que são próprios de cada comunidade (BUTTEMBENDER, 2010).

A ausência de consenso entre os estudos sobre o desenvolvimento rural foi observada e, portanto, se sugere que a abordagem do desenvolvimento rural passe pela necessidade de se compreender o ponto de vista dos agricultores e dos atores que promovem este desenvolvimento (SCHNEIDER, 2010).

2.2 Cooperativismo

Cooperativismo é um movimento surgido na Inglaterra, em 1844, em um ambiente de grandes dificuldades para os trabalhadores. Relata-se que a primeira organização reconhecida como cooperativa moderna foi criada, naquele ano, por um grupo de 28 operários, em sua maioria tecelões, no bairro de Rochdale-Manchester, Inglaterra, sendo chamada de “**Sociedade dos Probos de Pioneiros Rochdale**” (Rochdale Quitable Pioneers Society Limited) e, alicerçada em valores como: democracia, igualdade, solidariedade, equidade e ajuda mútua. Os pioneiros desse movimento formularam um conjunto de princípios que norteiam o funcionamento das organizações cooperativas até os dias atuais (HOLYOAKE, 2005).

No Brasil, o surgimento do cooperativismo agropecuário ocorreu em 1892, com a criação da “*Società Convezione Agricoli Industriali*” no Rio Grande do Sul, por um grupo de imigrantes italianos, sendo essa uma iniciativa isolada e sem continuidade (SCHNEIDER, 2003). Já em 1902, foi criada a primeira cooperativa de crédito rural, pelo padre suíço Theodoro Amstadt, sendo essa iniciativa precedida por reuniões que discutiam os problemas dos agricultores imigrantes alemães, que se encontravam marginalizados (SCHNEIDER, 2003).

A partir de 1930, o Estado brasileiro assumiu o papel de definidor de políticas agrícolas, transformando o cooperativismo em um dos seus instrumentos para a promoção do desenvolvimento econômico nacional, voltando para si o controle do movimento, tutelando-o por mais de cinco décadas (GONÇALVES, 2005).

Neste contexto, foram criadas as cooperativas tritícolas ou mistas, que passaram a atuar como agenciadoras de programas oficiais de propagação do pacote tecnológico, de financiamento, armazenamento e de assistência técnica. Naquele momento houve uma rápida expansão do quadro social e as cooperativas começaram a abrir filiais em comunidades rurais mais expressivas, com reflexo significativo na geração de riqueza em nível local (BUTTENBENDER, 2010).

As organizações cooperativas são dispostas a partir dos princípios cooperativos, sendo estes derivados das normas autoimpostas pelos pioneiros de Rochdale, constituindo a base filosófica do cooperativismo, que ao longo do tempo foram sendo reformulados (MEINEN et al., 2012). Atualmente, estão em vigor os princípios estabelecidos pelo Congresso de Manchester, realizado em 1995 pela Aliança Cooperativa Internacional - ACI. Estes princípios foram sintetizados por Meinen et al. (2014), sendo eles:

a) Adesão livre e voluntária, ou seja, ninguém é obrigado a ingressar em uma cooperativa e dela pode retirar-se quando o julgar conveniente. O preenchimento das condições de adesão geralmente está estabelecido nos estatutos sociais, para ingresso e permanência no quadro social. A adesão livre e voluntária é o pressuposto dos demais princípios, uma vez que, representa a democracia cooperativista (SCHNEIDER, 2003).

b) Controle democrático pelos associados, isto é, a participação ativa direta de homens e mulheres associados, quer no estabelecimento de diretrizes e metas ou tomada de decisões, implicando na participação e responsabilidade com a cooperativa. As cooperativas decidem muitas vezes a partir do consenso de seus associados, e esse tipo de tomada de decisão pode resultar em padrões de qualidade inferior aos padrões impostos pelas empresas privadas aos seus fornecedores, implicando em dificuldades de governança (CECHIN, 2014).

c) Participação econômica dos sócios: os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas. Nas cooperativas agropecuárias, geralmente, a integralização dessas cotas-parte é realizada em uma quantidade de produto (litros de leite, kg de soja etc.). A divisão dos custos e benefícios se dá proporcionalmente à utilização que cada cooperado fará da estrutura da cooperativa, e não ao capital social

investido. Assim, explica Cechin (2014), isto pode resultar em implicações que afetam o desempenho, uma vez que, legalmente, a cooperativa está comprometida em receber e repassar ao mercado integralmente os produtos produzidos pelos associados.

d) Autonomia e Independência da cooperativa: as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua e controlada por seus membros. Havendo entendimentos para apoio de outras organizações, inclusive governos, ou captação de recursos de fontes externas, devem ser asseguradas a autonomia e o controle democrático da cooperativa por seus próprios associados.

e) Vínculo da cooperativa com a educação, treinamento e informação dos associados, dos representantes eleitos, dos executivos e dos empregados da cooperativa, para que eles possam, efetivamente, contribuir para o seu desenvolvimento. Além disso, a natureza e os benefícios do cooperativismo devem estender-se ao público, em especial aos jovens e aos líderes da comunidade. A Lei 5.764/71 determina que deva ocorrer a destinação de 10% das sobras para este fim, sendo assim, o FATES –Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social foi constituído com este princípio. Segundo Schneider et al. (2006), a educação cooperativa deve atingir a sociedade de forma geral, visto que é a principal razão de ser do cooperativismo, uma vez que, segundo o autor, informação e educação são capazes de desenvolver toda a sociedade.

f) A Intercooperação: cooperação entre as cooperativas, trabalho conjunto e/ou a interação das cooperativas, em níveis local, regional e internacional, o que visa fortalecer o movimento cooperativo e atender aos cooperados de maneira mais efetiva. A intercooperação pode acontecer, simplesmente, por meio de compartilhamento de informações e experiências ou, diretamente por meio da compra de bens e serviços de outras cooperativas. Paré (2010) pondera que é importante entender a cooperação intercooperativa e aponta potenciais vantagens que podem surgir dessa integração, tais como: redução dos custos de transação; aumento de poder de mercado; e, eficiência gerencial. O autor conclui que as cooperativas devem conciliar a necessidade de competir, no entanto, sem perder suas principais características. Dessa forma, a intercooperação é vista como uma estratégia de negócio.

g) Preocupação com a comunidade, isto é, os membros associados devem aprovar políticas especiais com o objetivo fundamental de contribuir para o

desenvolvimento de suas respectivas comunidades, uma vez que as cooperativas funcionam como agente de desenvolvimento social. Este princípio, ao longo do tempo, começou a incorporar preocupações com a sustentabilidade ambiental, trazendo assuntos como: aumento dos rendimentos agrícolas e preservação dos ecossistemas; combate aos desperdícios; fomento de tecnologias mais limpas; e, a incorporação de valores éticos, sociais e ambientais como parte de critérios de escolha (CECHIN, 2014).

Assim, a ideia que permeia a doutrina cooperativista, segundo Bialoskorski (2004), contempla a substituição da competição pela cooperação e o lucro pela distribuição igualitária dos resultados, ou seja, os princípios cooperativos são fundamentais para definir a maioria dos aspectos das próprias organizações cooperativas.

Dada a importância que tem esses princípios, cabe neste trabalho trazer algumas reflexões e possíveis desafios ou limitações que estes impõem na organização, administração e nas estruturas das cooperativas.

2.2.1 Definição de cooperativas

As cooperativas são definidas por Schmidt e Perius (2003) como associações autônomas de pessoas que se unem, voluntariamente, e constituem uma organização, de propriedade comum, uma sociedade de pessoas, para satisfazer suas aspirações econômicas, sociais e culturais.

Já Cenzi (2009) define cooperativa como uma organização empresarial de caráter auxiliar, a partir de uma coletividade de produtores, consumidores ou poupadores, que promove, em comum, com base no associativismo e em uma série de valores e princípios, a defesa de suas economias individuais. Assim, estes conceitos mostram que a cooperativa é uma sociedade de pessoas e não de capital.

A Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, (Brasil, 1971) que define a política nacional do cooperativismo, no seu artigo 4º estabelece que as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência e, constituídas para prestar serviços aos associados. A própria lei aponta algumas características que diferem as cooperativas das demais organizações

da sociedade civil. Para melhor visualizar as características que diferem as organizações cooperativas de outras sociedades mercantis, Bortoluci (2002) organizou um quadro (Figura 2), onde procura demonstrar estas singularidades das organizações cooperativas.

Sociedades Cooperativas	Sociedades Mercantis
O principal é o homem	O principal é o capital
O cooperado pode ser ao mesmo tempo cooperado e usuário da sociedade	Os sócios vendem seus produtos e serviços e uma massa de consumidores
Cada pessoa conta com um voto na assembleia	Cada ação ou quota conta um voto na assembleia
O controle é democrático	O controle é financeiro
É uma sociedade de pessoas que funciona democraticamente	É uma sociedade financeira que funciona hierarquicamente
As quotas não podem ser transferidas a terceiros	As quotas podem ser transferidas a terceiros
Afasta os intermediários	Muitas vezes, os donos são os principais intermediários
Os resultados retornam aos sócios de forma proporcional	Os dividendos retornam aos sócios de forma proporcional a suas cotas
Aberta a entrada de novos sócios	Limitada, por vezes, a quantidade determinada de acionistas
Valoriza o trabalhador e suas condições de trabalho e vida	O trabalhador é visto como força de trabalho
Defende preços justos	Defende maior preço possível
Promove a integração entre cooperativas	Promove a concorrência entre sociedades.
O compromisso é educativo, social e econômico.	O compromisso é econômico-financeiro

Figura 2: Organizações cooperativas e sociedades mercantis.

Fonte: Bortoluci (2002). p.27.

Diante do exposto até o momento, fica evidenciado que as cooperativas têm um papel diferenciado na sociedade. Portanto, as diferenças apontadas no quadro acima são decorrentes da aplicação dos princípios cooperativos, do modo como é feita a alocação dos recursos resultantes da operação da cooperativa e do controle que há sobre estes recursos, que no sistema cooperativo tem como principal função melhorar a qualidade vida dos cooperados.

Schneider (2003) traz que as cooperativas apresentam duplo caráter: i) sociedade de pessoas, visto que, com base no associativismo, tem como objetivo melhorar as condições econômicas e sociais dos associados, ou seja, alcançar objetivos comuns ao

grupo; e ii) caráter empresarial, porque também é uma organização empresarial, sem fins lucrativos, embora tenha fins econômicos e sociais, e, como outras empresas, têm inúmeras obrigações de ordem legal a cumprir.

O cooperativismo brasileiro é representado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), órgão máximo de representação, sendo a instituição responsável pela defesa e a organização do sistema cooperativista brasileiro. Desde o ano de 1996, o cooperativismo brasileiro é estruturado em 13 ramos de atuação, são eles: agropecuário, consumo, crédito especial, educacional, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, transporte, turismo e lazer.

Segundo Lima (2007), as cooperativas podem ser classificadas em dois grupos básicos: o primeiro engloba as cooperativas focadas na economia social, que procuram combater, ou pelo menos amenizar, os valores e as práticas (desigualdades de recursos e poder, individualidade, concorrência e exploração dos recursos) que constituem o núcleo central do capitalismo e, assim, procuram manter a esperança moderna da emancipação social. Na mesma linha, Singer (2008) traz que neste grupo estão as entidades relacionadas à economia social, que promovem a inserção dos que sobrevivem precariamente, além daqueles que possuem trabalhos incertos.

Já no segundo grupo estão as cooperativas inseridas no contexto de competição entre outras empresas estabelecidas num mercado globalizado. Neste grupo, estão as cooperativas classificadas como nova geração, que apresentam um comportamento semelhante ao das empresas, suscitando preocupações na preservação dos princípios cooperativos (MARTINEZ e PIRES, 1999). Neste sentido, Pires (2008) enfatiza a natureza de prática mercantil no cooperativismo, destacando a contribuição no desenvolvimento local, a partir do momento em que organiza os produtores, visando a produção e comercialização de seus produtos, desenvolvendo também o aumento da oferta de trabalho e de renda.

Ademais, Bialoskorski (2002) assinala que dada sua função social, ainda que as cooperativas não apresentem significativas sobras destinadas ao rateio entre os associados, o crescimento do quadro social, a participação em assembleias, o crescimento da produtividade de uma área de influência da cooperativa deve ser considerado, juntamente com o desempenho econômico.

Mediante o exposto, fica evidente que conciliar os princípios cooperativistas com as regras do mercado representa um desafio para os gestores. Em decorrência do avanço de um ambiente de competição, autores como Zylbersztajn (1994), Costa (2010), Costa (2012), Moreira (2012) e Pascuci *et al.* (2017) apontam que as organizações cooperativas apresentam limitações de governança, uma vez que não há uma clara separação entre o capital e o associado, tornando as tomadas de decisões mais morosas. Diante disso, acabam sugerindo a existência de pressões, cada vez mais fortes, para que certos princípios (especialmente adesão livre e gestão democrática) sejam reformulados ou suplantados em face de uma administração mais racional, a qual possa colocar as cooperativas em melhores condições de competição frente às empresas tradicionais.

Nesse âmbito, estudos apontam estratégias adotadas por cooperativas agropecuárias para o enfrentamento da competição e melhorias no atendimento aos cooperados. Kunzler *et al.* (2009) procuram compreender de que forma as estratégias de competição e de colaboração, existentes nas associações e cooperativas de produtores rurais, influenciam os resultados individuais e coletivos obtidos pelos produtores participantes.

2.2.2 Panorama do Cooperativismo Brasileiro

Nesta seção pretende-se demonstrar a importância do cooperativismo brasileiro, situando, inicialmente, alguns aspectos históricos do surgimento do cooperativismo agropecuário brasileiro, gaúcho e regional, e a apresentação de dados do censo cooperativo brasileiro, que engloba o número de cooperativas, de associados e empregados diretos, além da evolução desses dados nos últimos anos.

A figura 3, apresentada a seguir, mostra que no ano de 2018 foram observadas 6.833 cooperativas filiadas ao sistema OCB, com destaque para os ramos agropecuário, transporte, crédito, saúde e trabalho, que juntos representaram mais de 80% de todas as cooperativas atuantes no Brasil. Os ramos do cooperativismo agropecuário e de transporte apresentam 1.613 e 1.351 cooperativas, respectivamente, seguidas pelo setor de trabalho, com 925 cooperativas (OCB 2020). Para Santana (2016), esta atuação em

diversos ramos gera alternativas no enfrentamento de crises, uma vez que a atuação dessas cooperativas pode ser organizada em diversos setores dentro da economia.

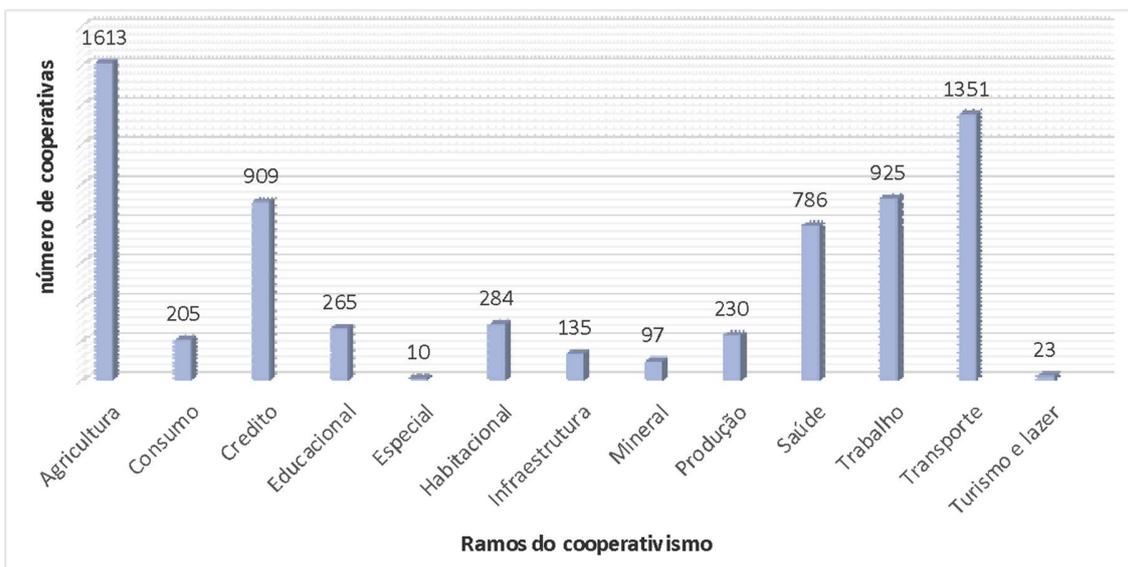


Figura 3 – Ramos do cooperativismo Brasileiro 2018.
Fonte: Anuário Cooperativo Brasileiro (OCB).

A figura 4 apresenta a evolução do número de cooperados das cooperativas no Brasil, no intervalo considerado entre os anos de 2015 e 2019. No período analisado, o número total de cooperados cresceu 14%, passando de 13 milhões para mais de 14,8 milhões de cooperados.

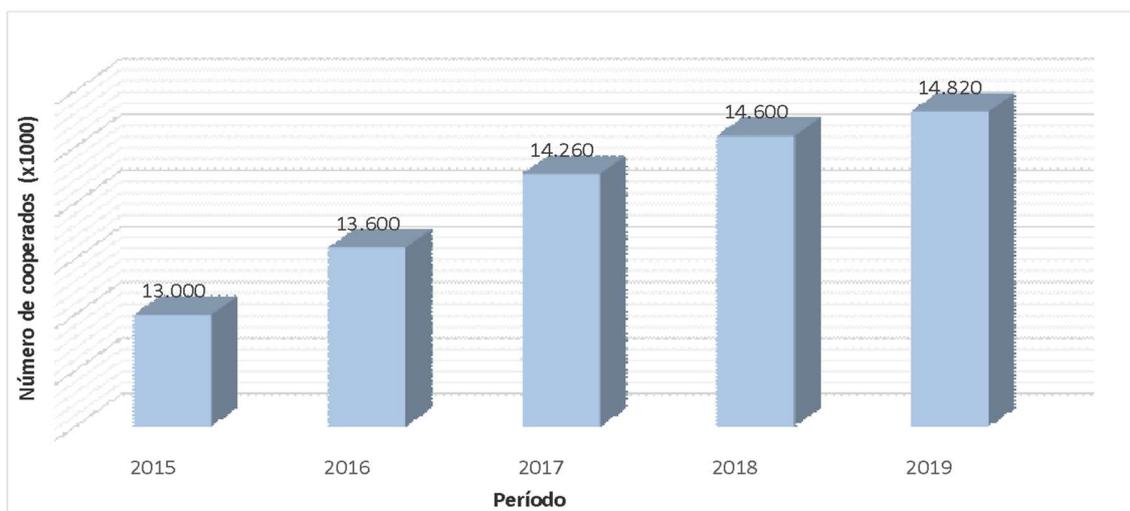


Figura 4 – Evolução do número de cooperados x1000, no Brasil. Dados referentes ao período de 2015 a 2019.
Fonte: Anuário Cooperativo Brasileiro (OCB).

Ainda, segundo dados da OCB (2020), especificamente no ano de 2018, as cooperativas do ramo de crédito e consumo apresentaram 8,9 e 1,9 milhões de associados respectivamente, seguidas pelo cooperativismo do ramo agropecuário, com mais de 1 milhão de cooperados. Quando observado o crescimento do número de cooperados, verifica-se que o cooperativismo de crédito é responsável por grande parte dessa expansão.

A seguir, a figura 5 retrata a evolução do número de colaboradores diretos, empregados nos diversos ramos do cooperativismo brasileiro, segundo OCB (2020), para o período de 2015 a 2019. O número de empregados diretos apresentou um crescimento de 19% no período analisado, passando de 366 mil para 435 mil.

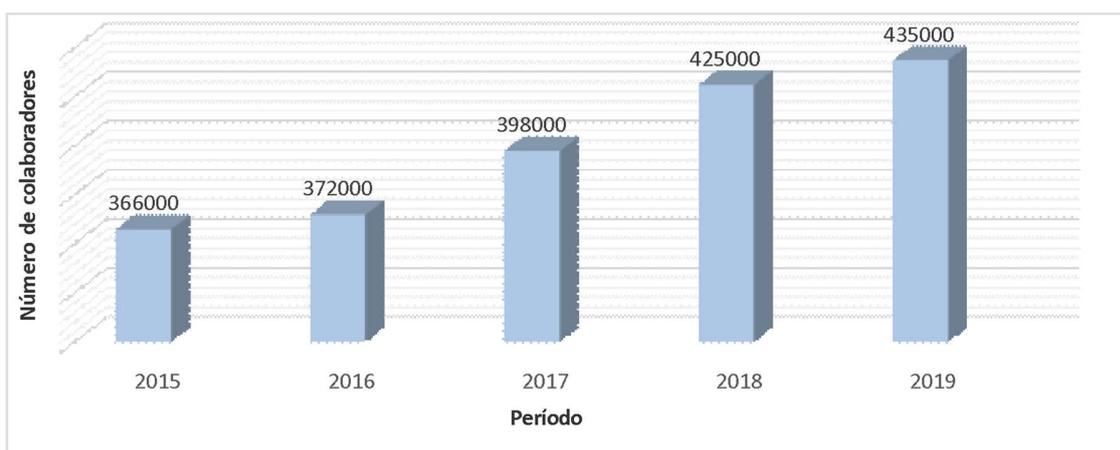


Figura 5 – Evolução do número de colaboradores diretos no cooperativismo Brasileiro no período de 2015 a 2019.

Fonte: Anuário Cooperativo brasileiro

Segundo dados da OCB (2019), o ramo do cooperativismo que mais emprega é o agropecuário, com mais 209 mil empregados diretos, seguidos pelo setor da saúde, com 107 mil e, posteriormente, a seção de crédito com mais de 67 mil, sendo que, estes três ramos representam mais de 90% do total de empregados no cooperativismo brasileiro. Dados do IPEA (2019) demonstram que, no período 2015 a 2019, todos os setores da economia brasileira apresentaram índices negativos na geração de novos empregos, eliminando mais de 2,8 milhões de postos de trabalho. Na economia brasileira, no contexto de contratação de mão de obra, houve uma retração de 3,5% para os anos de

2016 e 2017. De encontro a isso, as organizações cooperativas neste período andaram na contramão desse cenário, aumentando o número de colaboradores em 15% (IBGE, 2018).

2.2.3 Cooperativismo agropecuário e comércio exterior

Do ponto de vista da complexidade que envolve o comércio exterior, esta discussão adquire relevância, uma vez que exige por partes das cooperativas uma organização para atender tais complexidades. A exigência de mão de obra qualificada, logística para o transporte e armazenagem desses produtos, muitas vezes não fazem parte do cotidiano das cooperativas. No entanto, ao longo do tempo, as cooperativas agropecuárias estão se inserindo também no comércio exterior, ou seja, elas vêm acompanhando o aumento expressivo das exportações do agronegócio.

No cenário brasileiro, no ano de 2019, 125 cooperativas dos mais diversos ramos realizaram transações no comércio internacional, onde 34% delas importou e exportou, 48% apenas exportou e, 18% apenas importou (EXPRESSÃO DO COOPERATIVISMO GAÚCHO, 2020). Isso demonstra que o cooperativismo está atento aos interesses dos consumidores, não só no mercado interno, como também no externo.

A tabela 1, a seguir, apresenta os estados com maior número de cooperativas que executam transações internacionais. Segundo Cechin (2014), as exportações concentram-se principalmente no seguinte rol de produtos: açúcar refinado, soja em grão, farelo de soja, carne de frango e etanol; e vem acompanhando as exportações como um todo.

Tabela 1- Distribuição de nº cooperativas que operaram no comércio exterior no ano de 2018 por estado.

Principais estados com cooperativas atuantes no comércio exterior	Número de organizações
Rio Grande Do Sul	22
Paraná	20
São Paulo	16
Minas Gerais	16
Santa Catarina	14

Fonte: Anuário do Cooperativismo Brasileiro (2019). OCERGS.

No ano de 2018, em 36 municípios, as cooperativas foram responsáveis por 100% das exportações. Ademais, as cooperativas agropecuárias representam mais de 90% das operações no comércio internacional, quando comparadas com as cooperativas dos demais ramos (ANUÁRIO DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO, 2019).

Outro ponto importante, quando se debate a participação das cooperativas agropecuárias no comércio exterior, é a exigência de se investir em conhecimento e inovação, uma vez que estas operações apresentam muitas peculiaridades. Cechin (2014) lembra que, a exemplo de países europeus, estas exigências passam por nomeação de gestores profissionais, introdução de voto proporcional, composição do conselho de administração por não cooperados e a introdução de estruturas híbridas, fazendo com que dessa forma se consiga decisões mais ágeis, requeridas pelo mercado.

Cabe ressaltar que cooperativas do ramo agropecuário são compostas por cooperativas que se destinam, principalmente, a prover, por meio da mutualidade, a prestação de serviços relacionados às atividades de agropecuária, extrativista, agroindustrial, aquícola ou pesqueira, cujos cooperados detêm, a qualquer título, o(s) meio(s) de produção (FEE- RS,2019)

A seguir são apresentados alguns dados que fazem parte do cenário das cooperativas do ramo agropecuário.

2.2.4 O Rio Grande do Sul no contexto nacional

A evolução do número de cooperativas, de empregados diretos e associados nas cooperativas agropecuárias no Rio Grande do Sul são destaque no contexto nacional. Neste cenário, na figura 6 observa-se o desempenho do cooperativismo agropecuário gaúcho, onde nota-se que, basicamente, um terço das cooperativas agropecuárias brasileiras estão localizadas no Rio Grande do Sul.

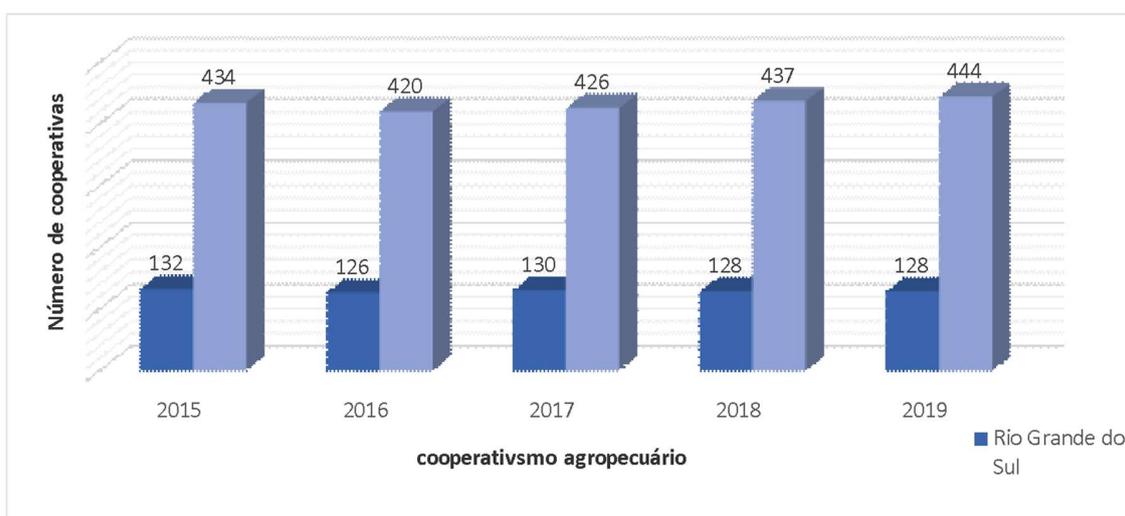


Figura 6 – Evolução do número de cooperativas agropecuárias no Brasil e no Rio Grande do Sul no período de 2015 a 2019.

Fonte: Anuário Cooperativo Brasileiro.

Dados referentes ao número de empregados e colaboradores apontam que, no ano de 2018, as cooperativas agropecuárias gaúchas empregavam diretamente 36.591 pessoas, ou seja, 17,44% de um total de 209.778 do cooperativismo agropecuário brasileiro. Quanto ao número de cooperados, o Rio Grande do Sul se destaca no ramo agropecuário, apresentando 320.655 associados, o que representa mais de 30% dos associados no contexto nacional.

Dados mostram que é na região sul do Brasil que se verifica a maior concentração de atividades de cooperativas no setor primário. Especificamente no Rio Grande do Sul, a produção primária apresenta forte influência do cooperativismo trazido pelos imigrantes europeus. Neste âmbito, cabe ressaltar que, esta forma de organização para a produção

não está presente apenas na agricultura familiar, ou de pequeno porte, uma vez que aparecem também em unidades de médio e grande porte, destacando-se, principalmente, no setor de produção de cereais (SCHNEIDER 2006). A distribuição dos estabelecimentos rurais, com produtor associado à cooperativa no Rio Grande do Sul, reflete esta realidade. Em 2017, 143.481 estabelecimentos rurais no RS contavam com produtor associado à cooperativa, representando 39% do total dos estabelecimentos. No Brasil, este percentual era de 11%. Outrossim, entre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul era, em 2017, o estado com a maior participação de estabelecimentos com produtor rural associado à cooperativa, seguido de Paraná e Santa Catarina (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RS, 2020).

Quando se analisa a estrutura ou a distribuição das cooperativas agropecuárias, deve-se levar em consideração o trabalho de Veronese et al. (2017), o qual traz que o cooperativismo agropecuário brasileiro se apresenta heterogêneo quanto à natureza e à escala de suas atividades, à complexidade das organizações cooperativas e, fundamentalmente, a seus princípios ideológicos. Assim, dentro do contexto do cooperativismo agropecuário é possível encontrar, tanto grandes organizações, quanto cooperativas que atendem um pequeno número de associados.

2.2.4.1 Cooperativas: relação cooperados e o mercado

Uma das principais características do cooperativismo agropecuário é a sua função de auxiliar o cooperado produtor rural a adicionar valor ao seu produto, mediante o beneficiamento da produção e disponibilizar estes produtos ou derivados ao mercado consumidor. Neste sentido, Valadares (2008) retrata dois cenários típicos para as cooperativas do ramo agropecuário, apresentados na figura 7: no primeiro cenário observa-se a relação da cooperativa com os seus associados, onde, além de promover o desenvolvimento do cooperativismo, a cooperativa se torna o agente representante do associado perante o mercado. Neste cenário também estão os serviços fornecidos pelas organizações cooperativas, tais como: assistência técnica, difusão de novas tecnologias,

apoio financeiro, etc. Já no segundo cenário, a cooperativa aparece como um empreendimento econômico, inserido dentro de um contexto empresarial.

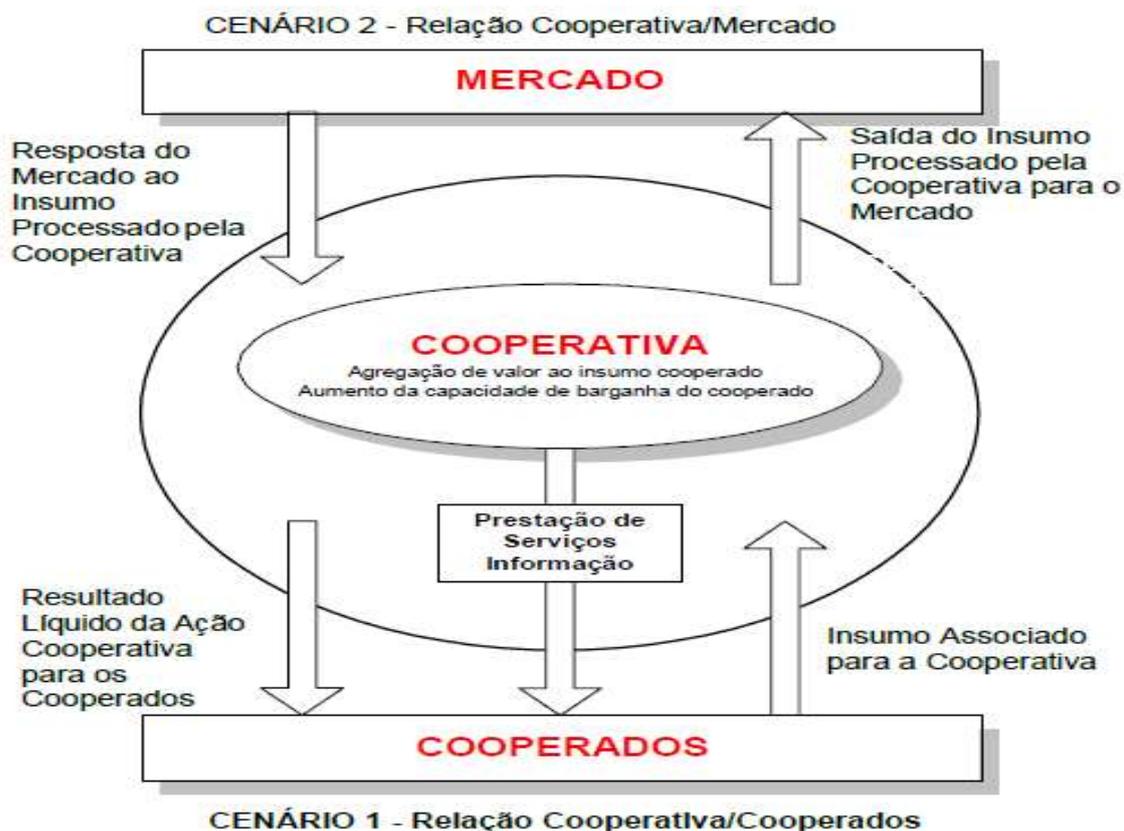


Figura 7 – Relação cooperativa cooperados e mercado
Fonte: Valadares (2008 p.16)

Arruda (2014), complementa que, no contexto da competição de mercado, cenário 2, as cooperativas estão:

Submetidas às exigências imperativas de eficiência, produtividade e competitividade econômica, tanto no que se refere às relações internas da cooperativa com seus cooperados, quanto no que se refere às relações externas com o mercado. É onde a cooperativa é vista como um negócio e atua competindo como empreendimento não cooperativo. Nesta dimensão, a pressão é por resultados. Otimização, eficiência, produtividade e competitividade econômica são questões prioritárias na agenda destas organizações. acredita que um número crescente de cooperativas tem mudado sua estrutura organizacional, tornando-se mais adaptativa e de aprendizagem mais rápida em relação aos mercados cada vez mais turbulentos (ARRUDA, 2014, p.81).

Assim, no contexto de competição e mercado, os desafios demandam qualificação de mão de obra, além da adoção de processos gerenciais capazes de responder às exigências do mercado. Dentro do cenário de competição, Dalmagro (2016) aponta alguns desafios e tendências organizacionais para as cooperativas: o problema da separação entre propriedade e controle; pouca atratividade para os cooperados investirem na cooperativa e os elevados custos de transação. Assim, o autor explica que há casos em que se torna imperioso que ocorra a delegação das decisões a um conselho de administração, concluindo que estes desafios exigem a reorganização estrutural das cooperativas, bem como algumas reorientações doutrinárias no âmbito da ACI.

O desenvolvimento do cooperativismo e a consequente contribuição no desenvolvimento das comunidades, requer a articulação num contexto mais amplo, conforme Meinen (2014) explica:

A boa prática cooperativista, sua expansão entre os diferentes públicos e a sustentabilidade do empreendimento requerem a preparação dos atores internos - representados pelos associados, dirigentes (conselheiros e diretores) e demais colaboradores, inclusive os prestadores de serviços terceirizados – e a conscientização do público em geral, incluindo os setores oficiais implicados, sobre as especificidades e os apelos do cooperativismo (MEINEN, 2014, p. 48).

Miranda (1973) assevera que o cooperativismo por si só não constitui uma teoria, mas a atuação está justificada em princípios que muitas vezes permitem uma interpretação bastante elástica. O autor ainda explica que a interpretação à aplicabilidade dos valores e princípios cooperativistas ficam na dependência, ou na adequação, à realidade onde as organizações estão inseridas. Assim, neste contexto, o cooperativismo pode ser visto como uma forma de organização social, capaz de cumprir um papel importante no desenvolvimento econômico e social.

Por outro lado, o desenvolvimento territorial, nas quatro dimensões propostas no referencial teórico, será útil para avaliar a importância e a participação da cooperativa no desenvolvimento do território onde ela está inserida. Mediante o exposto, com as abordagens teóricas realizadas até esta fase, julga-se possível responder aos objetivos propostos nesta pesquisa. Com a finalidade de aprofundar o tema, na seção 3, está relatada a metodologia usada no presente trabalho.

3 MÉTODO

Nesta seção serão descritos os procedimentos metodológicos adotados no presente estudo. Assim, segue um detalhamento dos principais pontos: classificação da pesquisa; condução do estudo de caso; a escolha dos entrevistados; as estratégias e análise de dados; e, a forma de apresentação dos resultados.

3.1 Classificação da pesquisa

O presente trabalho se trata de um estudo de caso, uma vez que, conforme Yin (2015), as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas. Portanto, a escolha do caso refere-se a uma organização cooperativa (COOPAR, Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul Ltda) e o fenômeno a ser estudado é o desenvolvimento territorial. Diante disso, o intuito é evidenciar as contribuições e a importância do cooperativismo agropecuário no desenvolvimento territorial rural a partir da área de abrangência e atuação da COOPAR.

Conforme apresentado inicialmente, o objetivo geral deste trabalho é evidenciar as contribuições e a importância do cooperativismo agropecuário no desenvolvimento territorial, e, visando contemplar os objetivos mais específicos, adota-se uma estratégia de pesquisa de caráter exploratório. Segundo Gil (2017), nesse caso, é possível considerar os mais variados aspectos relacionados ao fenômeno estudado, permitindo uma variada forma de coleta de dados incluindo, entre outras, entrevistas com pessoas que detêm conhecimento sobre o fenômeno, além do levantamento bibliográfico. Neste estudo, o contexto exploratório se deu em dois momentos: o primeiro envolveu um levantamento bibliográfico, além de entrevistas com pessoas envolvidas com o desenvolvimento territorial; e, em um segundo momento, buscou-se dados na COOPAR, de forma a identificar alguma relação entre a cooperativa e o desenvolvimento.

Ademais, esta dissertação possui uma abordagem qualitativa, visto que, segundo Santos (2009), a abordagem qualitativa fundamenta-se em dados coligidos nas interações interpessoais, na coparticipação das situações dos informantes, analisadas a partir da significação que estes dão aos seus atos. O pesquisador participa, compreende e interpreta, pois o levantamento de dados referente à organização cooperativa (número de associados, número de colaboradores, valor adicionado etc.) foram interpretados em sintonia aos dados colhidos das demais formas, como por exemplo das entrevistas realizadas.

Minayo (2013) explica que, quando uma realidade é difícil de ser quantificada, o indicado é a abordagem qualitativa. Desse modo, torna-se possível atribuir significação a relações humanas, símbolos, crenças, cultura, valores, ações e fenômenos, uma vez que, essas significações não podem ser quantificadas. Entretanto, mesmo em pesquisas qualitativas, alguns dados quantitativos acabam aparecendo e, quando somados aos qualitativos, se complementam dentro de uma pesquisa.

A coleta de dados foi realizada de diversas formas: através do estudo da bibliografia já publicada em artigos, livros e revistas, ou em meios eletrônicos; análise documental; e, entrevistas, realizando assim uma triangulação dos dados, que conforme Yin (2015), permite melhorar a confiabilidade e validade do estudo.

Complementando, foi elaborado um roteiro das entrevistas com questões semiestruturadas, orientado a partir dos objetivos propostos e aplicado a diversos atores. Estes atores foram escolhidos a partir da relação que possuem com o objeto do estudo de caso, a cooperativa COOPAR (cooperados e gestores), ou sua relação com o fenômeno (desenvolvimento territorial) que está relacionado ao caso (especialistas em desenvolvimento rural). Essa escolha se deu com o objetivo de obter informações que possam auxiliar na comprovação das evidências.

Ainda, entende-se método como um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do pesquisador (LAKATOS, 2003, p. 83).

Assim, neste momento, têm-se por finalidade:

- a) Classificar e delinear a pesquisa a ser desenvolvida;

- b) Desenvolver o protocolo dos estudos de caso;
- c) Planejar a forma de coleta de dados; e,
- d) Analisar os dados obtidos.

Quanto ao delineamento da pesquisa, seguiu-se a classificação apresentada por Gil (2008), que se refere ao delineamento da pesquisa quanto aos objetivos, à área do conhecimento, à natureza da pesquisa e aos procedimentos técnicos. Desta forma, com base na questão do presente estudo, a classificação é a seguinte:

- a) **Quanto aos objetivos, ou propósitos gerais estabelecidos:** trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, conforme abordado anteriormente;
- b) **Quanto a área do conhecimento e à natureza:** pode-se classificar a pesquisa como um estudo da área das Ciências Sociais Aplicadas; enfim, trata-se de um conjunto de conhecimentos interdisciplinares, que apresenta temas relacionados na área do conhecimento, tendo por objetivo melhorar a condições de vida das pessoas;
- c) **Quanto ao desenho metodológico:** a pesquisa será essencialmente qualitativa, conceitos já relacionados anteriormente;
- d) **Quanto aos procedimentos técnicos:** trata-se de um estudo de caso, denominado por Yin (2015) como estudo de caso único (integrado), pois nestes estudos, segundo o autor, pode-se tentar aprofundar o conhecimento a respeito da importância do objeto estudado, em um único contexto, com diferentes unidades de análise.

Yin (2015) destaca que o estudo de caso é uma investigação empírica, que analisa um fenômeno contemporâneo em profundidade e em um contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos. Ainda segundo o autor, o estudo de caso permite a aplicabilidade de diferentes bases epistemológicas, que, neste trabalho, aplicar-se-á uma perspectiva relativista, utilizando-se a POA (Perspectiva Orientada ao Ator) (LONG, 2007). Com isto, o pesquisador conseguiu perceber as perspectivas de diferentes participantes, tornando possível responder às questões da pesquisa.

Cabe destacar que, tanto Gil (2008) quanto Yin (2015) esclarecem que a opção pela escolha de estudo caso único consiste em um estudo completo, em que evidências

são consideradas e, posteriormente, são comparadas e anotadas algumas convergências ou divergências.

3.2 Condução do estudo de caso

O protocolo de estudo de caso, segundo Yin (2015), é mais que um instrumento de coleta de dados, ele contém procedimentos e regras a serem seguidas na condução dos estudos de caso. Parte dos procedimentos estão sintetizados na figura 08, apresentada a seguir:

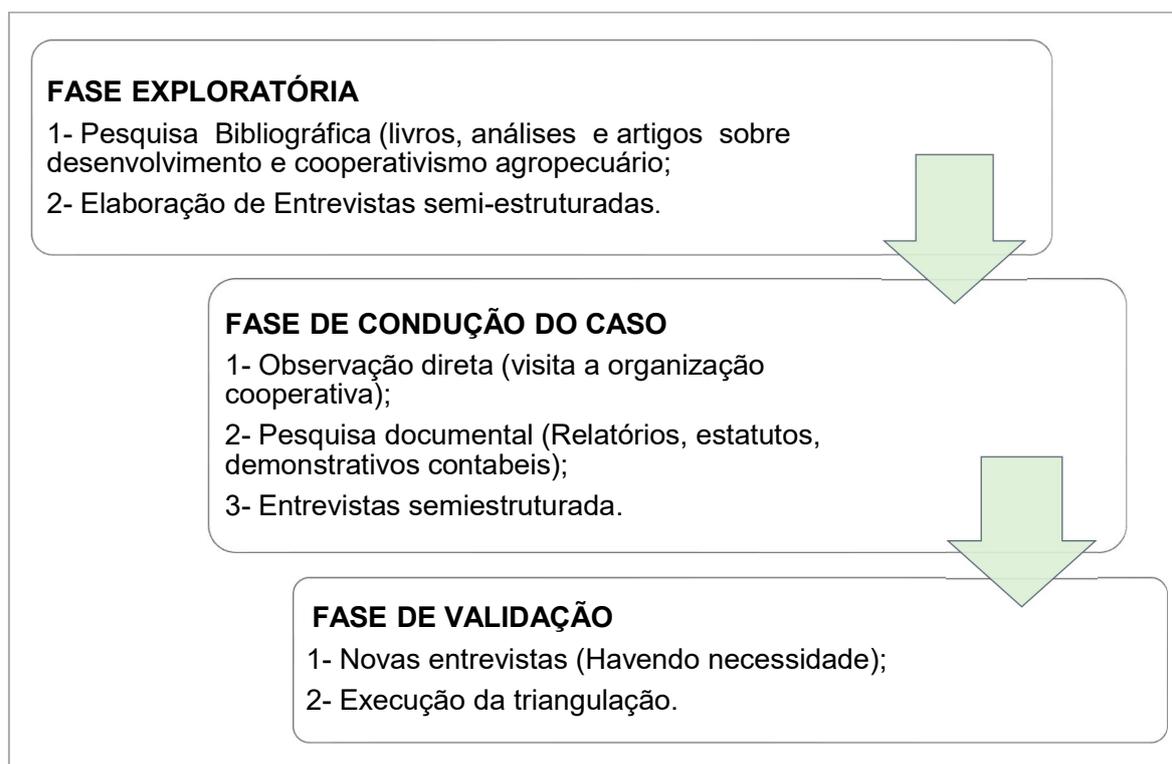


Figura 08 - Etapas do desenvolvimento do estudo de caso.
Fonte: adaptado de Arruda 2014 p. 110

Assim, neste subitem, cabe detalhar a forma como foi conduzido o estudo de caso. Inicialmente, na fase exploratória, procurou-se estabelecer uma base de conhecimento relacionado tanto ao cooperativismo, quanto ao tema principal, que é o desenvolvimento territorial. Em um primeiro momento, isto foi feito com análise da literatura já publicada,

utilizando-se para tanto, consultas em livros, revistas, anuários, e principalmente artigos acadêmicos, onde a principal fonte foi a estrutura do periódico CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior, provida pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), onde, através do CAFE (Comunidade Acadêmica Federada), é permitido, aos acadêmicos, acesso com login institucional, neste caso consentido pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel, possibilitando o acesso remoto ao vasto conteúdo do portal desse periódico.

No segundo momento, após a definição dos objetivos da pesquisa e estabelecido o referencial teórico básico, buscou-se ajustar às perguntas básicas que serviriam para a execução das entrevistas semiestruturadas.

As entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. Minayo (2010) explica que essa conversa é realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para o objeto de pesquisa, podendo o entrevistador realizar a abordagem de temas igualmente pertinentes, tendo em vista seu objetivo.

A seguir, na figura 09, foram sintetizados alguns elementos considerados relevantes para elaboração das entrevistas.

Dimensão de desenvolvimento	Elementos	Objetivo
Dimensão social	<ul style="list-style-type: none"> - Participação cidadã -Empoderamento local -Espaços sociais de deliberação -Atores do desenvolvimento - Sentimento de pertença - Diminuição da desigualdade 	Identificar a percepção dos entrevistados quanto a importância da cooperativa agropecuária no desenvolvimento territorial, no que tange aos objetivos sociais preconizados nos princípios cooperativos
Dimensão econômica	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho e renda; desenvolvimento produtivo - Alocação de recursos financeiros 	Constatar a relevância econômica da organização cooperativa, o impacto dessa. A importância dada pelos diferentes atores para o contexto do desenvolvimento

	- Destino das sobras	
	- Geração de recursos com retorno de impostos	
Dimensão tecnológica	- Transmissão do conhecimento - Propagação de novas tecnologias - Inovação tecnológica - Modernização e utilização de novas tecnologias	Identificar a percepção dos diversos atores sobre a importância da cooperativa na transmissão do conhecimento, modernização, introdução de novas tecnologias
Dimensão cultural	- Raízes endógenas - História, valores e cultura - Equipamentos culturais - Desenvolvimento de novos produtos a partir das especificidades culturais locais	Identificar a percepção sobre a promoção de questões ligadas aos valores culturais, valorização da história, e a importância disso para a comunidade

Figura 09 – Elementos para elaboração das entrevistas e análise de dados

Fonte: elaborado pelo autor. Com base em (CARDOSO *et al.*, 2014; SEN, 2004; SACHS, 2008; ARANDA, 2009; SACHS; 2002).

Assim, inicialmente consultou-se artigos que trabalhavam com a mesma técnica, ou seja, utilizaram as entrevistas semiestruturadas para coleta de dados, e que analisassem o tema cooperativismo ou desenvolvimento em áreas rurais. Desse modo, foram utilizados como subsídio os trabalhos de SAUERESSIG (2019), estudo que trabalha a viabilidade da olivicultura gaúcha, bem como Nicola *et al.* (2017), cujo trabalho aborda o desenvolvimento da agropecuária familiar no Rio Grande do Sul. Após a elaboração do roteiro, a primeira entrevista foi realizada em forma de teste, ainda na fase de projeto, junto a um produtor de leite associado da COOPAR, com o objetivo de validar o roteiro de perguntas orientadoras das entrevistas. Esta serviu para observar a rotina na propriedade e foi útil também para ajustar algumas questões que poderiam ser importantes para o estudo.

Na fase 2 da condução do estudo de caso, inicialmente de maneira formal, foi enviado um *e-mail* para a COOPAR, explicando a intenção de realizar uma pesquisa envolvendo esta organização. Neste *e-mail*, já estava detalhado o objetivo da pesquisa, com identificação do pesquisador, bem como o orientador e a instituição envolvida. Deste

modo, na sequência, foi marcada uma reunião presencial com o dirigente da organização. Nessa primeira reunião foram enviados um prévio rol de informações que continham na proposta da pesquisa. Também, a partir da reunião realizada, foi autorizado, de forma verbal, o uso dessas informações e a divulgação neste estudo acadêmico. Neste primeiro encontro, o autor foi apresentado a outras pessoas que trabalham nessa cooperativa, que poderiam auxiliar na coleta dos dados desejados. Neste sentido, foram realizadas conversas rápidas com o secretário da cooperativa, bem como o responsável pelo departamento técnico, pessoas que, em etapas seguintes, auxiliaram na busca dos dados.

Em uma segunda visita, foi autorizado, dessa vez por escrito, o uso do nome da COOPAR no presente estudo, através de um termo de consentimento. Também foi assinado um documento que foi anexado a um requerimento e encaminhado à Secretaria Municipal da Fazenda do Município de São Lourenço do Sul, solicitando as informações relativas à contribuição do valor adicionado, referente à cooperativa estudada. Com o intuito de facilitar, no pedido realizado, já foi anexado um modelo previamente elaborado pelo pesquisador. Com isso, nesse segundo encontro foi adquirido um rol de dados com os quais se desejava trabalhar.

Dando continuidade, em uma terceira visita, foram fornecidos documentos contábeis, referentes ao período definido na pesquisa. Foi realizada uma gravação de um depoimento do secretário da Cooperativa, que foi posteriormente transcrito. Esse depoimento serviu de base para elaborar o organograma administrativo da COOPAR, bem como trazer alguns pontos referentes à estrutura administrativa e a tomada de decisões, assim como sobre a eleição da diretoria. Em uma quarta visita, foi realizada uma entrevista semiestruturada com o dirigente da COOPAR.

Paralelamente a estas visitas, no transcorrer do mesmo período, foram realizadas as entrevistas com os 6 cooperados, de forma presencial, onde inicialmente foi efetuado um contato telefônico. Neste telefonema, foi explicado o motivo do contato e, conseqüentemente, procurou-se saber da disponibilidade de colaborar com o estudo. A partir daí, foram acertados a forma de realização da entrevista, onde todos preferiram que fosse presencial, a localização das propriedades e o melhor horário, tendo em vista

que o produtor de leite está muito atarefado em certos períodos do dia, principalmente na hora da ordenha das vacas, o que tornaria impossível atender pessoas de fora.

Já no que se refere às entrevistas com os especialistas, destaca-se que estas foram realizadas de forma remota, sendo uma com o Secretário de Desenvolvimento Rural, outra com o dirigente do sindicato dos trabalhadores rurais e, por fim, com o gestor da Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul - FECOAGO-RS. Todas as entrevistas foram gravadas, com autorização dos entrevistados, e transcritas posteriormente.

Em um terceiro momento da condução do estudo de caso, foram compiladas as informações que foram julgadas apropriadas para a realização da presente pesquisa, sendo estes dados analisados posteriormente.

3.2.1 Acessibilidade ao Objeto de Estudo

O objeto de estudo dessa pesquisa foi uma cooperativa agropecuária, com sede no município de São Lourenço do Sul. A Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores da Região Sul (COOPAR) foi fundada em 1992 por 41 agricultores familiares e, atualmente, conta com mais de 5.400 cooperados.

Tanto Yin (2015), quanto Gil (2017), propõem algumas justificativas para escolha do objeto de estudo de caso e, neste estudo, considera-se que a relevância da escolha da COOPAR está na peculiaridade desta estar atuante por mais de 28 anos, além do elevado incremento de número de associados atuantes. Também se optou por esta cooperativa em função da facilidade de acesso, pela proximidade geográfica, o que facilita a coleta de dados. Outros fatores que contribuíram para a escolha dessa cooperativa, referem-se ao fato de ser uma organização relevante na metade sul do Rio Grande do Sul e, também, à proximidade do pesquisador com a mesma, uma vez que, este é cooperado da COOPAR.

3.3 Coleta dados

A seleção dos entrevistados foi realizada levando-se em consideração alguns pontos: inicialmente os seis cooperados foram escolhidos considerando dois municípios distintos de atuação, sendo dois cooperados por município, isto é, dois de Pelotas, dois de Turuçu e dois de São Lourenço do Sul. Dentre esses dois, optou-se por um produtor maior e um pequeno produtor de cada uma das localidades. Da mesma forma que ocorreu com os representantes da cooperativa, inicialmente foi feito um contato telefônico para verificar a disponibilidade em contribuir com o estudo. Frisa-se que todos os seis cooperados foram entrevistados presencialmente; um gestor da COOPAR também foi entrevistado presencialmente e um gestor da Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul foi entrevistado remotamente. Ainda, os cooperados e dirigentes são considerados como os atores internos, uma vez que estes, na sua condição de agentes, são os principais protagonistas no desenvolvimento e manutenção da organização cooperativa. As entrevistas presenciais foram realizadas seguindo as orientações da OMS (Organização Mundial de Saúde), desta forma foram seguidos os protocolos de segurança, como o distanciamento social e o uso de máscaras.

Em um segundo momento, foram entrevistados os especialistas em desenvolvimento, um ligado à Secretaria de Desenvolvimento Rural e um ligado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, pois, juntas, agregam esforços no processo de desenvolvimento produtivo local. Esses entrevistados foram escolhidos por suas atribuições e funções que exercem nos diferentes organismos que promovem o desenvolvimento rural. Neste âmbito de desenvolvimento rural, se pontua a condição de agente dos cooperados em constituir e manter a cooperativa, e, também, as organizações públicas, que são consideradas especialistas em desenvolvimento (Sindicato, Órgãos de desenvolvimento municipal) que diretamente estão envolvidas com a promoção deste e, por vezes, são os responsáveis na implementação ou direcionamento de políticas públicas nessa temática.

As entrevistas foram sendo realizadas conforme os roteiros apresentados nos apêndices A e B, para que os respondentes pudessem demonstrar sua percepção a respeito do papel da cooperativa para o desenvolvimento territorial e, assim, responder

ao objetivo geral da pesquisa. Ressalta-se que as entrevistas foram elaboradas com base nas quatro dimensões do desenvolvimento propostas no referencial teórico, conforme a figura 1. Para definir o número de entrevistados foi utilizado o método de saturação teórica dos dados, sendo assim, foram realizadas 10 entrevistas (seis cooperados, dois gestores e dois especialistas).

As entrevistas foram gravadas e transcritas, e os entrevistados assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

3.4 Análise de dados

Concluída a coleta de dados, a realização das entrevistas e a transcrição delas, foi iniciada então a análise das informações com base nos objetivos propostos no estudo. Procurou-se estabelecer uma relação entre as informações colhidas e o referencial teórico, apresentado no capítulo 2.

Nesta etapa, a abordagem interpretativa é referência na compreensão do conhecimento subjetivo nas ciências sociais. Ela é fundamental no entendimento do mundo social, para tanto, considera o ponto de vista, a cultura e os inter-relacionamentos dos atores sociais (PROLO et al., 2019).

Nesta abordagem, algumas características importantes devem ser levadas em consideração na interpretação e análise de dados: os seres humanos constituem múltiplas realidades, as quais somente podem ser compreendidas holisticamente; o pesquisador e o fenômeno sob estudo interagem, ou seja, o pesquisador não pode se distanciar do fenômeno e o fenômeno não pode ser entendido sem o envolvimento pessoal do pesquisador; o pesquisador deve tentar construir uma visão completa do fenômeno, descrevendo sua complexidade e significados internamente construídos; uma vez que o fenômeno é engajado num processo de criação contínua, não tem sentido designar uma série de aspectos como causas e outros como efeitos; o pesquisador influencia, inevitavelmente, a escolha do fenômeno, do método, dos dados e das conclusões; por fim, a pesquisa é uma construção social resultante da interação subjetiva

entre o pesquisador e o fenômeno, ou seja, o conhecimento é fundamentalmente construído nesse encontro (HIRSCHMAN, 1986).

De acordo com Triviños (1987),

A análise interpretativa apoiar-se-á em três aspectos fundamentais: a. nos resultados alcançados no estudo (respostas aos instrumentos, ideias dos documentos etc.); b. na fundamentação teórica (manejo dos conceitos chaves das teorias e de outros pontos de vista); c. na experiência pessoal do investigador (TRIVIÑOS, 1987, p. 173).

Portanto, nesta perspectiva o pesquisador colabora com a construção do conhecimento. Com a finalidade de tornar mais visível o que foi realizado, a seguir é apresentado um esquema sintetizando todas as fases da pesquisa,

Deste modo, a figura 10 aponta que a etapa inicial da pesquisa compreende a problematização teórica, que é a origem da questão de pesquisa.

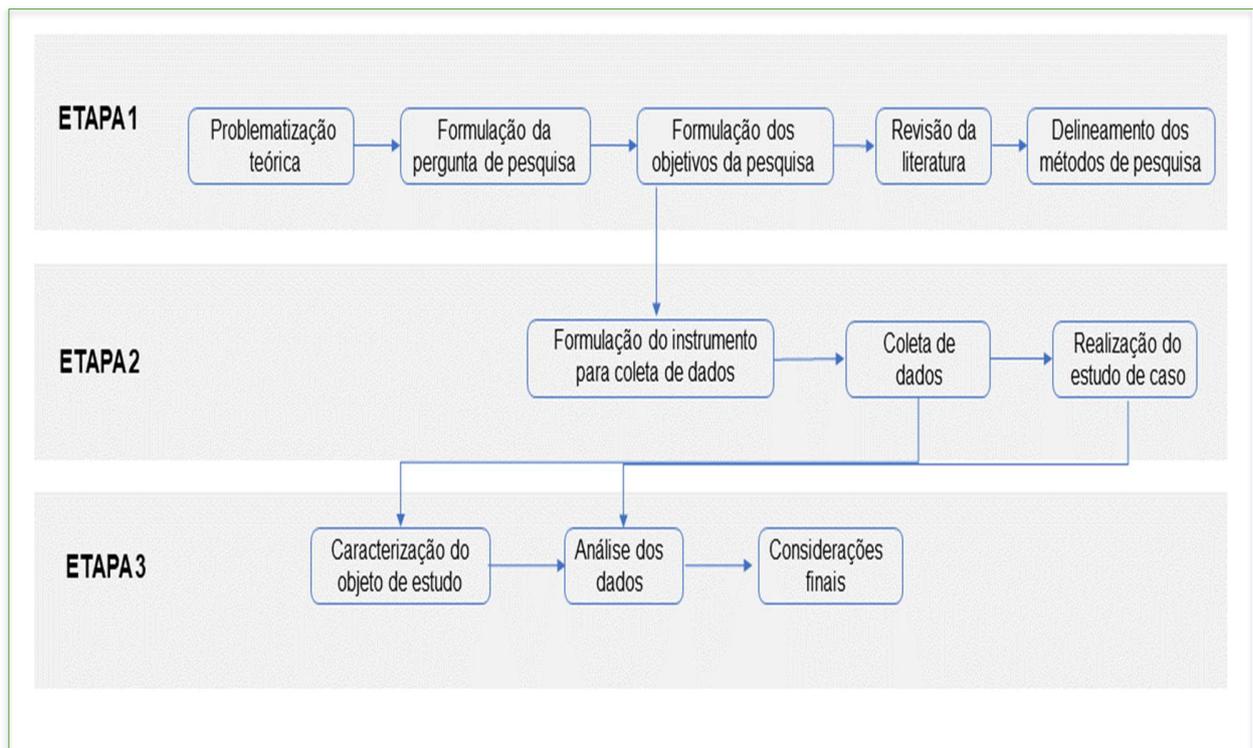


Figura 10 – Fases da Pesquisa

Fonte: Elaborado pelo autor com base Yin (2015)

Logo após, são formulados os objetivos do estudo, que apresentam a ideia central da pesquisa, ou seja, a finalidade da investigação. Na sequência, ocorre a revisão da

literatura que dá sustento à análise dos dados e, também nesta etapa, ocorreu a definição do método de pesquisa. Dando continuidade, na segunda etapa foi feita a formulação e coleta de dados, realizando o estudo de caso. Já na etapa final, foi realizada a caracterização do objeto do estudo de caso, partindo para a análise dos dados e, por fim, para a realização das considerações finais.

Os dados obtidos a partir das entrevistas em profundidade foram submetidos a análise de conteúdo, onde foram extraídos os argumentos necessários para o atendimento dos objetivos do estudo. Segundo Bardin (2016) é um conjunto de técnicas utilizadas para análise de comunicações, que leva o pesquisador ao esforço de entender o sentido da comunicação e buscar significados nas mensagens transmitidas, assim seguindo as fases de pré-análise, exploração do material e o tratamento das informações capazes de gerar conjecturas úteis para a pesquisa.

Dessa forma, no próximo capítulo será apresentada a caracterização do objeto de estudo, bem como a análise dos dados.

4 RESULTADOS

O presente capítulo é dividido em dois subitens, sendo que, o subitem 4.1 trata da descrição dos dados e no subitem 4.2 é realizada a análise interpretativa dos dados, coletados por meio das entrevistas com os cooperados da COOPAR, gestores da cooperativa agropecuária e especialistas em desenvolvimento. Além do mais, nesta parte procura-se relacionar os dados das fontes documentais e do referencial teórico, com a finalidade de responder aos objetivos da pesquisa

4.1 Descrição dados

Neste subitem são apresentados os dados coletados em diferentes momentos e locais na condução da pesquisa.

Na COOPAR: história sobre a formação da COOPAR, englobando pontos relacionados à organização administrativa, estratificação do faturamento e participação no valor financiamento e mutualidade, infraestrutura e área de atuação.

Na Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul: Coleta de dados que foram utilizados para a análise da participação da cooperativa no valor adicionado municipal; e por fim, dados observados e coletados nas unidades de produção de leite.

4.1.1 História e Surgimento da COOPAR

Quando se estuda a história da COOPAR verifica-se que há um movimento de associativismo anterior à sua constituição formal. No contexto econômico, os agricultores familiares encontram dificuldades relacionadas à comercialização de seus produtos, tendo em vista que a produção é caracterizada pela diversidade de alimentos. Sendo

assim, a estrutura de comércio pré-existente à formalização da COOPAR não conseguia mais responder às necessidades de mercado para produtos como milho, feijão, batata inglesa, cebola, alho e hortaliças. A falta de uma estrutura para o comércio desses produtos servia como um estímulo para que ocorresse a substituição dessas culturas pela cultura do tabaco (COOPAR, 2013).

No contexto social, os agricultores eram motivados a criar associações para produzirem melhor e com mais qualidade. Neste sentido, o CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor), uma organização da sociedade civil, vinculada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), teve papel relevante neste processo. Neste cenário, a CAPA disponibiliza seus profissionais para prestar assistência técnica às lavouras dos pequenos agricultores da região, desenvolvendo a conscientização e motivando-os para o associativismo, sendo este trabalho realizado desde 1987.

A experiência associativa, aliada à construção da identidade e motivação das lideranças, foi a base para criação da Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul Ltda, ocorrido em 30 de maio de 1992.

Fruto do trabalho do CAPA em São Lourenço do Sul, surge a Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul – COOPAR, no ano de 1992. Localizada na Boa Vista, interior do município, conta com 2.300 associados, beneficia e comercializa grãos e leite, oportuniza 50 empregos diretos a jovens, filhos de associados, dinamizando a economia local e criando um espaço urbano no meio rural. Beneficia produtos como feijão e leite em pó, com a marca Pomerano (WOJAHN e RECH, 2009, p.33).

A criação da COOPAR foi acompanhada por um intenso debate, principalmente no interior, uma vez que, algumas lideranças tiveram um posicionamento contrário à criação da cooperativa. O CAPA mobilizou um aporte de 17.000 dólares através de um projeto com recursos advindos da Alemanha, com o qual foi adquirido um prédio comercial desativado na Vila de Boa Vista, no interior do município de São Lourenço do Sul, imóvel este que abriga até hoje a sede administrativa da COOPAR.

A fundação da cooperativa contou com a adesão de 41 cooperados. No período inicial, a cooperativa enfrentou muitas dificuldades, onde houve a combinação de diversos fatores, tais como: adversidades climáticas, planos macroeconômicos que afetaram negativamente a agricultura e, medidas administrativas equivocadas que colocaram o projeto da cooperativa em risco. A partir de 1995, a cooperativa buscou atuar

de forma mais sólida, valorizando e cumprindo integralmente os compromissos firmados com os cooperados. Inicialmente, a cooperativa trabalhava com batata, hortigranjeiros, suínos, milho, feijão e soja. Já em 2001, a cooperativa decidiu entrar no ramo dos laticínios, uma vez que, neste ano, o setor passava por grave crise, fazendo com que inúmeros produtores abandonassem a pecuária leiteira na região (COOPAR, 2021).

A COOPAR considera a entrada neste setor como fator determinante para o fortalecimento da atividade leiteira na região. Corroborando com isso, na atualidade, o município de São Lourenço é o maior produtor de leite na região sul do Rio Grande do Sul e o 7º colocado entre os 496 municípios gaúchos. Em decorrência da industrialização e do beneficiamento dos produtos que utilizam a matéria prima dos associados, em 2004 foi criada a marca Pomerano Alimentos. A marca Pomerano foi escolhida por refletir o vínculo existente entre a COOPAR e a colonização alemã e pomerana, predominante na região da vila de Bela Vista, no interior de São Lourenço do Sul. Atualmente, a cooperativa tem uma estrutura para atender os mais de 5.100 associados, bem como mantém relação com o mercado, o que permite dar demanda às matérias primas que os produtores entregam.

4.1.2 Estrutura administrativa da Cooperativa dos Pequenos Agricultores da Região Sul Ltda

Organograma da Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul foi elaborado com base em depoimentos de dirigentes. Por meio do organograma apresentado a seguir, procurou-se demonstrar as duas faces, nas quais as cooperativas se relacionam com o mercado e com o associado. O atual organograma COOPAR então, é o que segue abaixo, na figura 11.

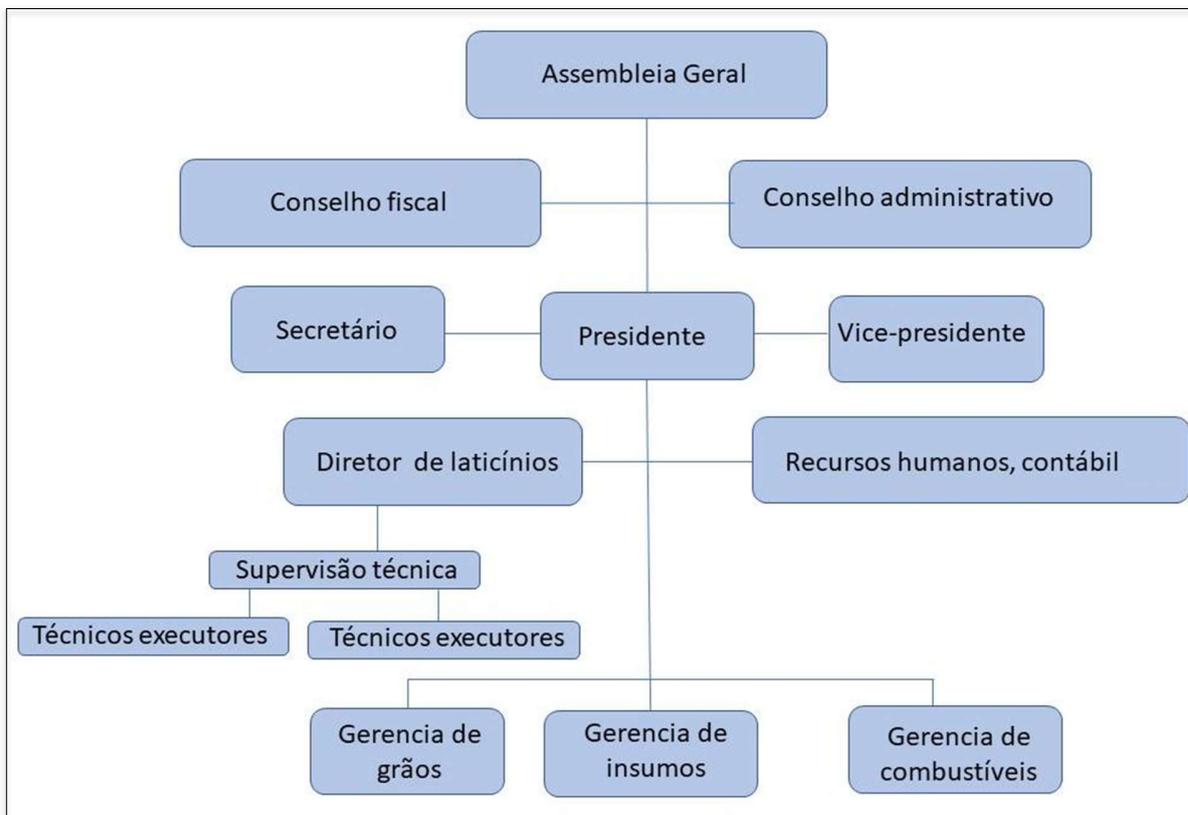


Figura 11 – Organograma da distribuição das responsabilidades e ações de cada setor da COOPAR. Fonte: elaborada pelo autor com auxílio de depoimento do secretário da COOPAR.

A seguir, considerando o organograma apresentado, são descritas as distribuições das responsabilidades e ações de cada setor da COOPAR, assim como uma breve descrição das atividades desempenhadas pelos ocupantes de cargos eletivos e não eletivos.

A Assembleia Geral é órgão máximo da cooperativa, conforme descrição nos artigos 19º e 41º do estatuto social. É ela que concede os poderes à direção e delega todos os assuntos importantes, estrategicamente, na organização cooperativa. Pode ser convocada a qualquer tempo, para tratar de assuntos de interesse da cooperativa. Ainda, a Assembleia Geral decide questões importantes, como: reforma dos estatutos, alienações, fusões ou substituição de membros do conselho (EST. SOCIAL COOPAR, 2021). Compete à Assembleia Geral eleger os membros do conselho fiscal e consultivo e, dentre os conselheiros, são escolhidos os membros do conselho de administração, composto por presidente, vice-presidente e secretário.

Já o conselho de administração é responsável pela gestão da cooperativa. Os membros desse conselho são sempre cooperados e a duração de seus mandatos é de 3 anos, podendo ser reconduzidos uma única vez, conforme determina o artigo 43º do estatuto social (EST. SOCIAL – COOPAR, 2021).

Ao presidente compete, conforme os artigos 48º do estatuto, supervisionar a administração da Cooperativa, autorizar despesas, convocar e presidir as reuniões do conselho de administração e Assembleias Gerais, apresentar o relatório do ano social, assim como, os balanços, os demonstrativos e os pareceres do conselho fiscal.

O vice-presidente, além de outras atribuições, deve ser colaborador e substituto do Presidente e dirigir ou executar os serviços que lhe forem atribuídos pelo conselho de Administração, logo, será corresponsável pela administração da cooperativa. Já ao secretário, cabem as atividades fins de secretaria e adicionalmente poderá realizar tarefas em colaboração com os demais membros do conselho de administração (EST. SOCIAL, COOPAR, 2021).

Os membros do conselho fiscal têm suas atribuições descritas nos artigos 52º ao 55º do Estatuto e o mandato deles tem duração de um ano. A reunião do conselho fiscal acontece mensalmente, onde são tratados assuntos de interesse da cooperativa e contam com a presença do Conselho de Administração.

Dando continuidade, destaca-se que a cooperativa ainda conta com diretores não eleitos, que ocupam cargos estratégicos, como o Diretor de Laticínios, que gerencia toda a logística do recebimento da matéria prima relacionada ao setor de laticínios. Dentro da organização administrativa a cooperativa possui gerentes que possuem como função principal administrar outras atividades da cooperativa sendo elas: dois postos de gasolina, loja de insumos e gerenciamento de recebimento e secagem de grãos.

Ainda dentro da estrutura da organização está o setor de assistência técnica, considerado muito importante, devido à sua finalidade. Esse setor é composto por um supervisor e por técnicos, que possuem como função principal fornecer auxílio ao cooperado, levando informação e prestando assistência técnica.

Anualmente, por ocasião da assembleia geral, são apresentados os relatórios, em cumprimento às exigências legais, assim como todas as informações que possuem alguma relação à cooperativa. No caso, todas as situações são descritas através de notas

explicativas sobre a situação patrimonial da cooperativa e os resultados que ela vem obtendo, resultados estes, apresentados em 2020 (BALANÇO COOPAR, 2020).

4.1.2.1 Infraestrutura

Para dar suporte e potencializar a comercialização dos produtos oriundos dos cooperados, a COOPAR desenvolveu uma infraestrutura ao longo do tempo que, atualmente, é constituída do prédio matriz, ou centro administrativo, na localidade de Boa Vista, no interior de São Lourenço do Sul. Nesta localidade também há um ponto de comercialização e recebimento de produtos produzidos pelos associados. Nas imediações, há instalações para beneficiamento que alocam equipamentos que são utilizados na limpeza, seleção e embalagens de produtos, como o feijão (COOPAR, 2021).

Junto à RS 265 há uma loja de insumos e a estrutura conta com instalações que servem para alimentação dos colaboradores, além de áreas que são utilizadas como depósito. Salienta-se que, o prédio utilizado como depósito de defensivos fica isolado das demais instalações. Em uma outra localidade, são encontrados os silos destinados ao recebimento de grãos (soja e milho) e, já na recepção, estes grãos são testados quanto ao teor de umidade e pureza, para posterior armazenagem. Nesta localidade funciona, ainda, uma indústria de laticínios com capacidade para industrializar 30 mil litros de leite por dia, sendo nela também realizada a fabricação de queijos (lanche, colonial e gouda), nata e doce de leite.

A estrutura da COOPAR conta ainda com uma filial na localidade de Picada Esperança, onde funciona um posto de comercialização de produtos e silos para secagem e armazenagem de grãos (COOPAR, 2021). Em complementação, ainda conta com dois postos de combustíveis localizados próximos à matriz e filial, que tem como atividade principal a comercialização de combustíveis e outros como, óleos, lubrificantes e baterias.

Por fim, a COOPAR ainda opera uma segunda unidade de industrialização de leite, situada junto à BR-116, que possui capacidade média de receber 100 mil litros de leite

por dia, estando essa equipada tecnologicamente para fabricar bebida láctea, nata, requeijão e queijo muçarela.

4.1.3 Estratificação do faturamento da COOPAR no período de 2017/2020

A seguir, na figura 12, apresenta-se a estratificação do faturamento da COOPAR para o período de 2017 a 2020.

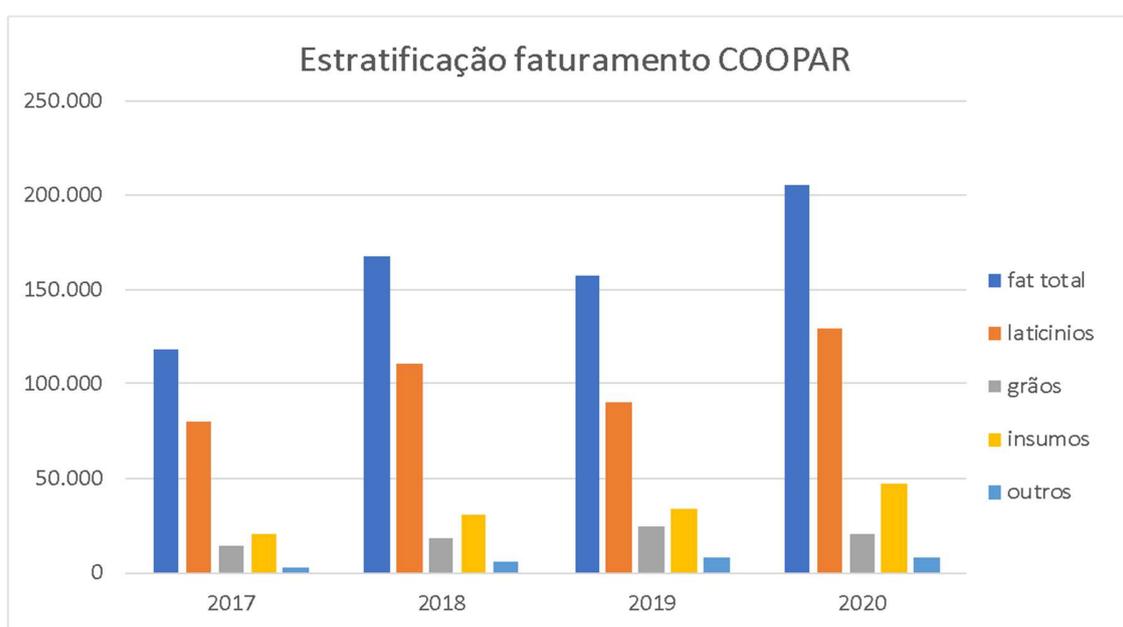


Figura 12 – Estratificação do faturamento da COOPAR, de 2017 a 2020.
Fonte: elaborada pelo autor com base em demonstrativos contábeis.

A partir da análise da figura 12, é possível observar que há um crescimento em todas as atividades e que o faturamento total no período aumentou de R\$ 118 milhões, para R\$ 205 milhões no período de 2017 a 2020. Observa-se que há um crescimento em todos os setores, no entanto o setor de laticínios é a principal fonte de receita no período, respondendo por mais de 60% do faturamento total em todos os anos.

No ano de 2019 nota-se uma pequena redução no faturamento relacionado aos laticínios, onde aponta-se como principais causas, a exclusão de mais de 300 produtores,

Tabela 2 – Distribuição dos produtores de leite na região de atuação da COOPAR.

Município	Número de cooperados produtores de leite
São Lourenço Do Sul	260
Canguçu	329
Cristal	15
Turuçu	24
Pelotas	154
Camaquã	40
Capão Do Leão	7
Morro Redondo	27
Piratini	4
Chувиска	10
Cerrito	14
Arroio Do Padre	40
Total	924

Fonte: Elaborado pelo autor baseado em relatório COOPAR laticínios.

São um total de 950 cooperados que produziram, durante o ano de 2020, aproximadamente 60 milhões de litros de leite. Quando levado em consideração a produção diária, verifica-se que, do total de associados produtores de leite, aproximadamente metade deles produzem até 100 litros /dia, caracterizando-os, assim, como pequenos produtores da agricultura familiar. Na faixa de produção entre 101 e 200 litros também há um expressivo número de produtores, contabilizando 260 produtores. Estas duas faixas de produção, quando somadas, concentram 70% do número de produtores da cooperativa e representam cerca de 40% da produção total (Tabela 3).

Tabela 3 – Relação do número de produtores, produção diária e % da produção total da COOPAR

Produção	Nº produtores	% da produção total
Até 100 litros	450	20
101 até 200	260	20
201 até 300	94	15
301 até 700	90	28
Acima de 700	30	17

Fonte: setor laticínios -COOPAR 2021.

4.1.5 Contribuição da COOPAR: arrecadação do valor adicionado

O valor adicionado (VA) está ordenado na Lei Complementar número 63, de 11.01.90, em seu artigo 3º, o qual define valor adicionado como: o valor correspondente, para cada município, ao valor das mercadorias saídas, acrescido do valor das prestações de serviços no território municipal, deduzido do valor das mercadorias entradas, em cada ano civil.

Ainda, cabe ressaltar que o ICMS é um tributo arrecadado pelo Estado, onde parte dessa arrecadação retorna aos municípios, proporcionalmente à participação desses no movimento geral de operações que constituem fatos geradores desse imposto, realizados em todo estado durante um determinado exercício. O Estado fica com 75% e distribui 25% da receita do ICMS, significando que, para cada unidade de real arrecadado, R\$ 0,25 centavos será dividido entre os municípios de seu território. O valor que os municípios recebem, do total dessa arrecadação, é calculado por meio do índice de participação do município na arrecadação, que é chamado de Valor Adicionado - VA.

O VA é constituído, basicamente, na diferença positiva entre: o valor das saídas de mercadorias e de prestação de serviços e o valor das entradas de mercadorias e serviços, por aquisição (Lei compl. 63). Dessa forma, quanto mais alto for o índice de participação de um município em relação ao valor adicionado, maior será o valor de repasse do ICMS para este. Por sua vez, as prefeituras mantêm um controle sobre as empresas, cooperativas e demais contribuintes, acerca da real participação de cada uma dessas na constituição desse retorno para os cofres municipais.

Assim sendo, o bom desempenho da indústria, comércio e serviços, reflete positivamente na receita do Valor Adicionado. Com estas receitas, as prefeituras poderão melhorar as condições socioeconômicas de seus habitantes, através de políticas públicas, com a alocação desses recursos, resultando assim, melhorias no desenvolvimento territorial (BUTTENBENDER, 2010).

Portanto, organizações com bons desempenhos e bons resultados, refletem positivamente no desenvolvimento de determinadas regiões, ou municípios. Segundo Buttenbender (2005), a arrecadação tributária é hoje a principal geradora de recursos

para o desenvolvimento de programas sociais, tais como: educação, saúde, segurança e provimento de infraestrutura.

Diante do exposto, quando apurados os valores totais arrecadados pelo município de São Lourenço do Sul e comparado com a participação, ou contribuição na COOPAR, neste total, verifica-se que, para o período 2017/ 2020, a cooperativa aumentou a participação, passando de 6,05% para 11,5% (figura 14).

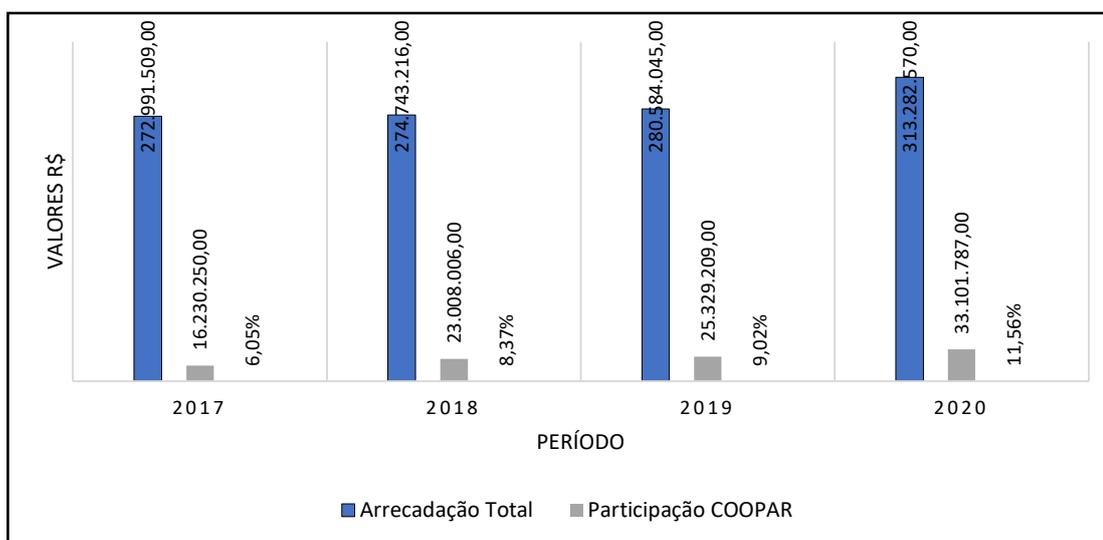


Figura 14– Participação da COOPAR no total do Valor Adicionado do município de São Lourenço do Sul. Fonte: Secretaria Municipal Fazenda- São Lourenço do Sul, 2021.

Quando utilizados os dados exclusivamente da área de laticínios, o que representa a principal fonte de receitas da cooperativa, os dados demonstram que a COOPAR representa uma significativa participação no Valor Total Adicionado no município de São Lourenço do Sul, sendo que no ano de 2020 contribuiu com 7,19% do total arrecadado. Esse percentual dá a COOPAR, em 2020, a primeira colocação em comparação com as demais empresas instaladas naquele município (tabela 4).

Tabela 4 – Arrecadação valor adicionado total (VA) total e participação no ranking com outras empresas

Ano	VA total (x1000)	VA COOPAR (x1000)	% Participação	Posição no ranking
2016	266.469	11.991	4,5%	5ª colocação
2017	272.991	13.412	4,9%	5ª colocação
2018	274.743	13.191	4,8%	4ª colocação
2019	280.584	13.785	4,92%	4ª colocação
2020	313.282	22.531	7,19%	1ª colocação

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda -S. Lourenço do Sul

Os dados utilizados nesta tabela são referentes ao principal Cadastro Geral de Contribuintes (CGC), operado pela COOPAR, e referindo-se somente ao setor de laticínios. Quando computadas as atividades dos demais CGCs, este valor passa de 11% na participação do Valor Adicionado no município de São Lourenço do Sul.

O aumento pode estar relacionado ao fato de o quadro social, ou o número total de associados, da COOPAR vir evoluindo desde a sua fundação, alcançando em dezembro de 2020 o total de 5.129 cooperados ativos, sendo que, mais de 50% destes foram admitidos a partir do ano de 2017.

4.1.6 Financiamento e mutualidade entre cooperativa e produtores

Os dados aqui transcritos referem-se a adiantamentos que a cooperativa faz a seus associados. Os créditos gerados por estes adiantamentos geralmente referem-se a financiamentos de equipamentos (resfriadores de leite) utilizados pelos produtores, assim como também para aquisição de insumos para o desenvolvimento da atividade dos associados (exemplo: material de limpeza para sala de ordenha) ou insumos para a própria atividade (adubo, semente, defensivos, etc.), utilizados para a realização de cultivo de pastagens ou culturas agrícolas (pasto, milho, etc.), e por, fim ainda pode incluir alguma forma de adiantamento em moeda corrente que poderá ser paga em futura entrega de produtos.

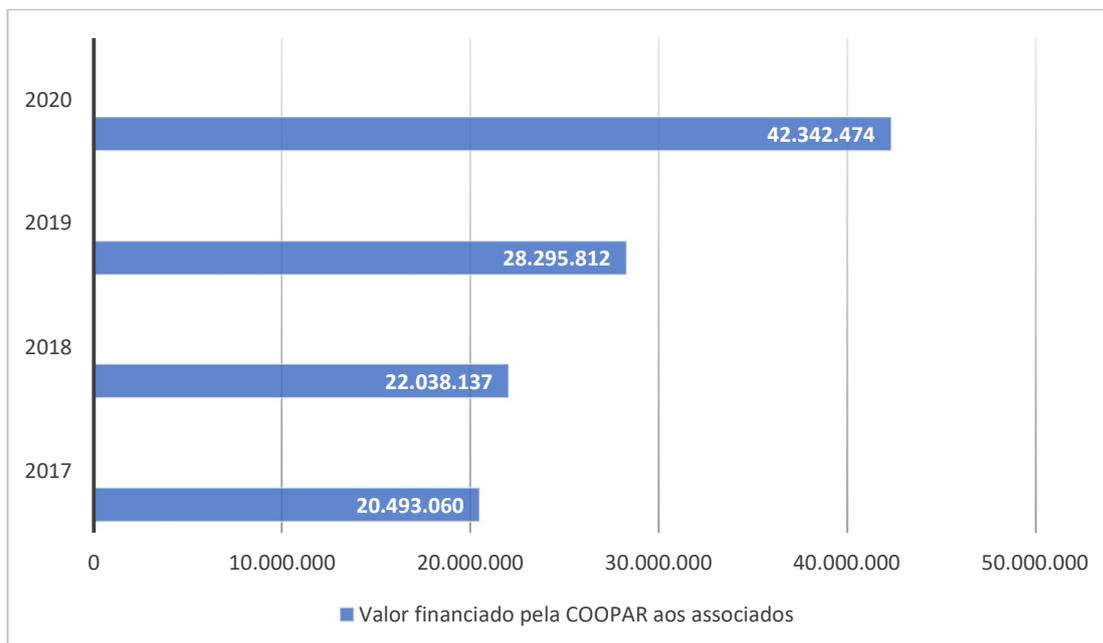


Figura 15- Valor de financiamentos pela COOPAR aos associados, no período de 2017-2020.

Fonte: elaborado pelo autor com base em demonstrativos contábeis COOPAR.

A evolução desses adiantamentos está representada na figura 15. O apresentado até aqui demonstra que uma cooperativa agropecuária exerce atividades além daquelas que lhe seriam típicas, ou seja, servindo também como fonte de financiamento para os seus associados.

No geral, não há provisão para credores duvidosos, estabelecendo inicialmente, critérios para a liberação de créditos. Isso mostra que há um sentimento de confiança mútua entre os gestores e os associados produtores de leite e, durante o período analisado, há apenas um lançamento (2017) que informa uma provisão para liquidação de crédito não pago.

4.1.7 Cooperados produtores de leite

Neste subitem serão relatados dados e observações que foram colhidas nas unidades de produção. As observações ocorreram nos dias em que foram realizadas as visitas, que tinham por objetivo principal a realização das entrevistas semiestruturadas.

Após o término das entrevistas, os cooperados foram motivados a relatar as principais atividades ou procedimentos que executam todos os dias.

Assim, o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística -IBGE define como estabelecimento agropecuário como sendo:

Toda unidade de produção (UP) dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. Independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda, constituindo-se assim numa unidade recenseável. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016, p.7).

Destaca-se que essa é uma definição bastante genérica, uma vez que, ao se observar sob outros enfoques, é possível perceber que cada propriedade apresenta características únicas e peculiares. Das 6 propriedades que compõem o escopo do presente estudo, algumas características foram observadas: inicialmente verifica-se uma variada infraestrutura, ou ausência desta, que pode facilitar o trabalho do produtor de leite; algumas unidades de produção apresentam os pátios calçados, enquanto outras literalmente ficam no barro; nos dias de chuva, os pátios onde os animais transitam ficam totalmente pisoteados e lamacentos ; antes de serem ordenhadas as vacas passam por um pátio de espera; das seis propriedades visitadas, 05 contam com sala de ordenha mecanizada, onde o leite é extraído e é conduzido automaticamente para um resfriador, onde fica armazenado em temperatura adequada, aguardando o recolhimento por parte da cooperativa; já em uma dessas unidades de produção o leite é extraído mecanicamente, recolhido em tarros para depois ser levado ao resfriador.

Quanto ao manejo da alimentação dos animais, cada propriedade apresenta uma forma diferente, adaptando-se às condições locais. Quatro dos produtores visitados apresentam um sistema de semiconfinamento das vacas, o que, segundo relatos dos produtores, facilita o manejo do rebanho pela proximidade que os animais ficam dentro da propriedade, contribuindo assim com o recolhimento das vacas na hora da ordenha. Em todas as propriedades visitadas há um grande estoque de alimentos, capaz de suprir a necessidade por mais de seis meses, que segundo relatos, é necessário para que não falte alimentação nos tempos de estiagem. É visível que os investimentos em máquinas agrícolas são bastante elevados, uma vez que, todas as propriedades apresentam algum

grau de endividamento, decorrente da necessidade de aquisição de máquinas utilizadas, principalmente, para produção de alimentação para os rebanhos.

4.1.7.1 Gerenciamento das Propriedade Produtoras de Leite

O gerenciamento das propriedades produtoras tem muitas peculiaridades. Por envolver noções e saberes de diversas áreas do conhecimento, nas pequenas e médias propriedades, este gerenciamento é efetuado pelos próprios produtores. Bonatto (2016) destaca que, as mudanças estruturais ocorridas nos negócios rurais têm evidenciado novas formas de gerenciamento, onde o produtor exerce funções muito além da porteira. Assim, neste cenário, há uma crescente pressão que exige atitudes e aptidões cada vez mais qualificadas.

Nesse sentido, nas unidades de produção de leite, o produtor necessita coordenar os recursos financeiros, físicos, humanos, que na maioria das vezes são da própria família, além de realizar a adaptação da infraestrutura, tornando possível a produção de leite de qualidade. Neste ramo, a jornada de trabalho média dedicada ao processo de ordenhar e cuidar da alimentação dos animais, facilmente excede as 12 horas diárias, considerando também domingos e feriados.

4.2 Análise das entrevistas

Considera-se que, com a triangulação dos dados que foram obtidos nas diversas etapas do estudo, envolvendo pesquisa bibliográfica, documental e realização de entrevistas, será possível proporcionar uma visão mais ampla, possibilitando assim a realização de uma análise interpretativa, com o intuito de responder aos objetivos e à questão proposta inicialmente.

Tabela 5 – Caracterização dos cooperados produtores de leite entrevistados

	Situação fundiária	Área total (ha)	% renda da produção leite	Produção diária leite	Tempo de associado (anos)	Grau de escolaridade
Coop 1	própria /terra família	24	80	250	5	Médio
Coop 2	própria	84	90	1300	4	Médio
Coop 3	parceria	66	90	800	5	Inferior
Coop 4	própria	32	85	230	22	Inferior
Coop 5	própria	86	80	1450	23	Médio
Coop 6	própria	22	85	220	18	Inferior

Fonte: Elaborado pelo autor

Quando perguntados sobre a situação fundiária, 05 entrevistados afirmaram serem os proprietários das terras, exceto o cooperado 3, que possui um sistema de parceria. Neste último caso, os custos de mão de obra são do cooperado e os demais custos são em comum, inclusive os animais e máquinas são divididos e foram adquiridos em forma de meação.

Os entrevistados têm a produção de leite como principal atividade exercida na propriedade. A diferença da renda gerada é proveniente da venda de produtos (principalmente o milho) que são produzidos e se tornam excedentes, sendo assim repassados ao mercado. O entrevistado coop5 diz que, além de produzir leite, também planta soja, cuja produção é repassada inteiramente ao mercado.

Quanto ao tempo de associado na COOPAR é possível observar que há uma divisão entre os entrevistados, sendo um grupo associado há mais tempo e, o outro refere-se aos que se associaram mais recentemente. Isso se explica pelo fato de haver migração de associados de uma cooperativa para outra, ou seja, os associados mais recentes migraram por dificuldades enfrentadas em outra cooperativa.

No decorrer das entrevistas, os cooperados foram provocados a relacionar problemas que tiveram na produção nos últimos 5 anos. Assim, o principal problema, apontado por todos, está relacionado ao clima, onde a estiagem ou seca é sinalizada

como principal fator, tendo ocorrido pelo menos duas vezes nos últimos 5 anos. Há também relatos de problemas com mão de obra, principalmente nos coop3 e coop2, pois são propriedades que utilizam mão de obra contratada, além da mão de obra familiar. Ainda, o Coop1 relatou problema com abigeato:

Uma das primeiras atividades que se tem pela manhã, é verificar se todos os animais ainda estão na propriedade, uns anos atrás tivemos muitos problemas de abigeato. Então a gente sempre fica preocupado (Coop 1).

Ademais, todos os cooperados entrevistados relataram que já tiveram problemas de infraestrutura, com deficiência ou falta de energia elétrica, além de estradas ruins.

Em suma, esta análise propõe evidenciar as diversas percepções acerca da importância do cooperativismo agropecuário no desenvolvimento territorial rural, utilizando, para isso, os pressupostos teóricos desenvolvidos no presente estudo. Através das entrevistas, realizadas com atores previamente selecionados, foi possível identificar algumas percepções que esses têm em relação à influência do cooperativismo no desenvolvimento territorial rural, uma vez que, alguns fatores e/ou interações entre esses atores podem influenciar nessa temática.

Inicialmente, foi construído um resumo das diversas ações e ideias que estão acontecendo, apresentadas no final desta análise através de um quadro que traz um condensado extraído das entrevistas semiestruturadas realizadas com os diferentes atores. A partir da realização deste, foi possível perceber que, às vezes o mesmo tema é tratado de forma diferente, uma vez que os atores têm uma visão distinta em relação à própria cooperativa agropecuária (COOPAR). No decorrer da análise aparecem também as observações que foram feitas pelo pesquisador. As ideias das entrevistas foram compiladas a partir da orientação dada no referencial proposto, isto é, nas quatro dimensões do desenvolvimento.

No caso dos dirigentes da COOPAR, as ações evidenciadas podem ser classificadas em 4 linhas gerais, ou seja: 1) direcionamento de recursos econômicos na região; 2) assistência técnica através do departamento técnico da COOPAR; 3) preocupação com a qualidade e a quantidade de leite produzido, ou seja, preocupação com o desenvolvimento da cadeia do leite; e, 4) preocupação com a melhoria da

qualidade de vida dos associados, estabelecendo uma confiança entre associado e cooperativa.

Já no que se refere aos associados, as percepções que eles desenvolvem estão muito relacionadas à rentabilidade ou à manutenção da viabilidade de sua propriedade, sua unidade de produção agrícola.

Os especialistas em desenvolvimento, ou agentes do desenvolvimento, apresentam uma visão um pouco mais abrangente, ou seja, vai além da atuação da COOPAR em si. As percepções desses atores estão mais voltadas a um contexto geral, que remete à ideia de diversificação das rendas na área rural, apontando, para tanto, duas vias: 1) implantação do turismo rural e estímulos aliados à lazer e qualidade de vida, além da instalação de atividades não agrícolas na área rural; 2) melhorias na infraestrutura para manter as pessoas na área rural e fomentar o desenvolvimento de agroindústrias.

Na sequência serão analisados cada um desses pontos apresentados, de maneira distinta, com a inserção de trechos de entrevistas e citação de estudos análogos que possam corroborar ou, até mesmo, refutar as visões captadas pela presente pesquisa. Logo, haverá a necessidade de inserir percepções dos vários atores entrevistados. Por fim, será apresentado um quadro com o resumo das percepções de cada um dos atores entrevistados, englobando suas visões sobre a importância do cooperativismo agropecuário.

4.2.1 Dimensão social

Por definição, o cooperativismo é uma Economia Social e, as organizações cooperativas são integrantes da maior importância, uma vez que proveem à sociedade não só bens públicos e sociais, como também promovem o desenvolvimento econômico, a distribuição de renda e a geração de emprego (BIALOSKOSKI NETO, 2002). Assim, variáveis como cooperação, confiança nos envolvidos em processos de desenvolvimento e, a atuação das cooperativas, serão analisadas a seguir. Como por exemplo, o papel da cooperativa como uma forma de organização capaz de dar suporte ao cooperado,

principalmente quando o cooperado encontra-se no grupo de associados dos agricultores familiares.

Em muitos lugares as cooperativas representam, para os produtores, um único canal de comercialização, aquisição de insumos e, por vezes, de financiamento. Conforme Ferreira e Braga (2004), essas tornaram-se socialmente importantes, uma vez que são consideráveis geradoras de empregos, contribuindo no desenvolvimento local. Para os pequenos produtores, as cooperativas agropecuárias agregam valor e viabilizam o mercado para os seus produtos, assim:

As cooperativas são capazes de atuar em mercados, sem discriminar pequenos produtores e podendo ainda controlar melhor os preços da produção primária, certificar qualidade e produtos pelo relacionamento próximo que possuem com os produtores (MARASCHIN, 2004, p.35).

Nesse sentido, nota-se que a COOPAR demonstra preocupação com estes pequenos produtores da agricultura familiar, uma vez que representam mais de cinquenta por cento dos associados produtores de leite ativos. O bem-estar e a estabilidade desses grupos de produtores é muito importante, conforme pode ser presenciado no relato do gestor que, quando perguntado sobre a importância da cooperativa, imediatamente explicou:

Em primeiro lugar, acho que as ações que estamos desenvolvendo são importantes porque ajudam a manter o pequeno agricultor familiar na atividade, evitando que venham para a periferia da cidade onde não tem oportunidade [...] Acho que estamos contribuindo, desenvolvendo e profissionalizando para que ele possa tirar o sustento dele e da família. Outra, não fazemos o nosso trabalho pensando só no lucro, por exemplo, diferente de outras empresas, que querem ganhar em cada etapa. Aqui fornecemos as sementes e depois nos comprometemos em adquirir também a produção[...] Na área do leite, a gente busca uma melhor infraestrutura para o produtor, na propriedade dele, compramos os resfriadores a granel para eles, isto é um ato de cooperação. A cooperativa está tendo algumas sobras com estes produtos que recebe do produtor, mas isto é reinvestido a favor do cooperado para ele melhorar sua estrutura de produção (GESTOR COOPAR).

Nesta área, as ações desenvolvidas pela cooperativa envolvem principalmente o departamento técnico que, segundo o gestor, está aumentando a capacidade de atendimento, com profissionais voltados a atender os produtores e, explicou que há uma contínua atualização através de treinamentos que são realizados fora da cooperativa.

Tanto os cooperados entrevistados, quanto os gestores, demonstram que há uma confiança recíproca entre estes atores. Da mesma forma, este sentimento já foi percebido por Bork (2011), onde concluiu que nas cooperativas há uma identificação com a diretoria, e facilidade no escoamento da produção. Dessa maneira, a cooperativa ajuda os cooperados e, por sua vez, os cooperados são fiéis à cooperativa.

É fato que o fortalecimento da cooperativa transcorre à participação dos associados e, nas entrevistas realizadas, constata-se que há dois grupos presentes: os entrevistados que ficam mais distantes da sede da cooperativa, que quase não participam das reuniões e alegam que não ficam sabendo; por outro lado, há os cooperados que exercem suas atividades mais próximas da sede, participando também mais ativamente das decisões. Alguns grupos de associados constituíram pequenos núcleos para realizar reuniões, geralmente de cunho técnico, no entanto, atualmente esses encontros estão suspensos devido à pandemia COVID-19.

No que diz respeito à gestão da cooperativa em si, a opinião do atual gestor é de que deve haver uma continuidade no trabalho, o que sugere a existência de um grupo, onde os membros desse grupo, que possuem uma visão mais ou menos coesa, se revezam na administração da cooperativa, uma vez que, os estatutos coíbem que o mesmo gestor ocupe o cargo por muito tempo. Nesse sentido, explica:

Cada um que chega aqui muda um pouco o foco, mas o essencial é a continuidade. Existe falta de continuidade às vezes na administração pública, e na cooperativa não pode ser diferente. Não é porque mudou a diretoria que tudo deve ser mudado[...]. Os acertos e as coisas boas sempre podem ser melhorados com novas ideias (Gestor COOPAR).

Para os especialistas, a questão da participação na gestão da cooperativa torna-se mais difícil à medida que a cooperativa se torna maior. Explicam que, para gerir um pequeno grupo não precisa de tantas capacidades, uma vez que o produtor associado está acostumado a cuidar da sua propriedade, conforme a fala a seguir:

As cooperativas são organizações que têm uma melhor estrutura em termos de possibilidade de retorno para os agricultores. O problema é muitas vezes na gestão, que teria que ser profissionalizada, à medida que elas vão crescendo. Segundo me parece, as cooperativas menores, ou pequenos grupos são mais fáceis de administrar (entrevistado SDR).

Deste modo, fica evidente que a preocupação com a profissionalização aparece quando a organização cooperativa começa crescer, e as operações se tornam mais complexas, exigindo assim colaboradores mais especializados.

Por fim, de forma geral é possível comprovar que a COOPAR gera ganhos sociais, constituindo-se uma estratégia de organização, que pode ser adotada pelos diferentes atores sociais. Guivant (1997) explica que o sucesso gera interesse de outros atores sociais. Aplicada a dimensão social do desenvolvimento, a agência definida por Long (2001), significa influenciar um grupo, e isto pode ser aplicado ao fortalecimento do cooperativismo como um todo.

3.2.2 Dimensão econômica

A cooperativa ainda não possui um trabalho no âmbito de incentivar seus associados a diversificar a produção, com o intuito de garantir mais estabilidade e segurança econômica, tanto para a cooperativa, quanto para o associado.

Sobre este assunto da diversificação, o dirigente entrevistado explica:

Esta é uma meta para o futuro, já estamos pensando em algo, talvez partir para o ramo de embutidos ou até abate de suínos ou frangos. Talvez um e outro associado que não queira trabalhar com o leite iria gostar de trabalhar com isto. O que poderia ser uma alternativa, tentar abrir o leque (Gestor COOPAR).

Já o especialista em desenvolvimento considera o cooperativismo agropecuário fundamental para o desenvolvimento rural, conforme seu apontamento:

O cooperativismo contribui com a assistência técnica efetiva, e o fortalecimento da agroindústria, e além disto aponta o turismo rural como um vetor de desenvolvimento. Assim o meio rural não só pode pensar no setor agropecuário, mas tem outras duas que considero importantes para avançar uma é instalação de empresas independentemente de serem agrícolas ou agropecuários e outro é diversificar a matriz para criar mais oportunidades e gerar renda (Entrevistado SDR).

No entanto, a diversificação está sendo imposta pelas condições atuais de mercado de grãos, estimulando inclusive a migração de cooperativas agropecuárias de

outras regiões do estado para a região sul, como é o caso da COTRIBÁ e LANGUIRU, ambas, cada uma em sua área, fazendo concorrência inclusive com a própria COOPAR.

Segundo o dirigente da FECOAGRO-RS, isso é uma demonstração ou um fator positivo, explicando que o ambiente para o desenvolvimento das cooperativas aqui da região sul está sendo favorecido pela expansão da agricultura, principalmente soja, sugerindo que a região vem se transformando numa nova fronteira de produção de grãos. Também lembra que algumas cooperativas sucumbiram, devido à gestão não apropriada, abrindo espaço para outras.

Quanto à expansão das cooperativas oriundas de outras regiões, parece que se cria uma lacuna, uma vez que, a renda gerada por estas cooperativas de fora de sua área de atuação não seria investida na comunidade dos novos associados. Portanto, o caminho talvez seria a aplicação do princípio da intercooperação, que estabelece:

A Intercooperação entre as cooperativas ou interação nas cooperativas, em níveis local, regional e internacional, fortalecem o movimento cooperativo e atendem os cooperados de maneira mais efetiva. A Intercooperação pode acontecer, simplesmente, por meio de compartilhamento de informações e experiências ou, diretamente, por meio da compra de bens e serviços de outras cooperativas (ACI).

Portanto, fazer uma mera busca por matéria prima, ou simplesmente concorrer com cooperativas de menor capacidade, parece um desserviço ao desenvolvimento do cooperativismo. Nessa mesma linha de argumentos, o próprio associado produtor de leite também enfrenta um dilema. Nas entrevistas, demonstram que estão atentos à possibilidade de trocar a atividade, o que seria um problema para a COOPAR, uma vez que a principal fonte de receita ainda é a cadeia de laticínios. Assim os cooperados produtores de leite explicam:

Para nós que produzimos leite, o difícil é a mão de obra mesmo que é só nossa (agricultura familiar), a gente precisa trabalhar todos os dias e a jornada é muito longa. Nos sábados e domingos, não existe folga nunca (Coop4).

Este desafio é relatado também pelos demais cooperados entrevistados, realizando uma análise comparativa entre a produção de leite e a produção de grãos, principalmente no que se refere à carga de trabalho, uma vez que, segundo os seus relatos, é bem comum a jornada ultrapassar as 12 horas diárias.

Neste sentido, o especialista em desenvolvimento, ligado ao sindicato dos trabalhadores, demonstrou esta preocupação. Na análise dele, o mercado de grão favorece essa postura de mudança por parte dos produtores de leite, explicando:

Está havendo uma concorrência entre o leite e a soja. O leite é muito importante porque dá uma renda mensal. No leite a mão de obra é muito puxada, a soja qualquer boteco compra, assim parece que quem produz leite está na cadeia. Ele (produtor) vai numa festa... tal hora tem que estar na leitaria. As vacas precisam ser ordenhadas. É chuva, é sol, é neve, é todos os dias (entrevistado STR).

Também, nesse mesmo caminho, cabe uma análise quanto à complexidade das tarefas que são exigidas do produtor de leite, e referente ao controle dos custos. Os produtores apontaram duas estiagens que afetaram a produção, como um dos principais problemas enfrentados nos últimos cinco anos, evidentemente isto afeta o produtor de grãos também, no entanto, o produtor de leite, além disso, precisa:

Cuidar de tudo, (referindo-se a uma lista de tarefas transcritas neste trabalho, tarefas que vão da saúde animal até a qualidade do leite) não sei se não vai acontecer o mesmo com o leite o que já está acontecendo com o fumo. (Coop1).

Quando questionados sobre a geração de renda, os cooperados entrevistados não tiveram dificuldade em apontar a importância da cooperativa. Quando perguntados, eles relataram que mais de 85% da renda é oriunda da produção de leite. Destacam ainda, que se sentem seguros quanto à colocação do produto no mercado, pois alegam que não sabem fazer muito, além de produzir leite. O coop4 explica:

Que mesmo já tenha passado por dificuldades em tempos passados, com muitas doenças nas vacas o meu pai já trabalhava na mesma atividade, são 56 anos já, e agora os meus filhos já estão quase tocando tudo sozinho (Coop4).

Então, dentro das atividades que o produtor exerce, além da manutenção do sustento, percebe-se que há valores subjetivos, preocupação com a sustentabilidade, com a sucessão, entre outros. Já o entrevistado cooperado 5 afirma que:

O importante é que não se precisa preocupar com quase nada, a cooperativa traz os insumos, tudo certinho e vem a cada dois dias recolher o leite. Nos 22 anos que trabalho nunca atrasou nenhuma vez (Coop5).

Quando os entrevistados são os especialistas, eles são unânimes quando perguntados sobre a importância da cooperativa na geração de renda, uma vez que acreditam que o fomento da produção dinamiza e eleva a renda:

Elas são geradoras de renda sim, porque na realidade, oportuniza assim um melhor negócio. A cooperativa quando visto a nível de produtor, ela não é uma instituição que emprega, então na realidade emprega indiretamente, quando comercializa os produtos de boa qualidade. Assim o produtor precisa aumentar a produção para aumentar o volume. Então é indiretamente que gera emprego na área rural. (entrevistado SDR).

Isto realmente é um fato, todos os produtores entrevistados afirmam que em algum momento, principalmente no pico da colheita, que muitas vezes é na hora de fazer a silagem, sempre precisam contratar pessoas para ajudar.

Quando os entrevistados são os gestores ou dirigentes, eles têm uma visão um pouco diferente, pois levam em consideração a quantidade de postos de trabalho que são gerados dentro das instituições. Neste caso, o diretor da Fecoagro.rs elucida:

As cooperativas agropecuárias são fontes geradoras de emprego e renda, e por isto, importantes no desenvolvimento territorial, pois tenho certeza, onde existe uma cooperativa instalada, o IDH da região é melhor onde não existem cooperativas e o nível salarial é melhor que nas outras empresas, assim geram oportunidade e renda. Geralmente nos municípios menores as cooperativas são as maiores empregadoras (Gestor FECOAGRO).

Neste sentido, o estudo conduzido por Delai et al. (2013), fez uma comparação entre em municípios com cooperativas atuantes e sem cooperativas, do estado do Mato Grosso do Sul, onde constatou o desempenho do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), concluindo que o IDH dos municípios com presença de cooperativas é maior. Atribui esta melhora ao fato de as cooperativas utilizarem os recursos locais e ratearem as sobras nas localidades de atuação, diferentemente do que ocorre em outras organizações empresarias.

Nesta mesma linha, a importância que a cooperativa se atribui, quando se fala em quantidade de postos de trabalho gerados, também é bastante significativa:

No início do ano nós já tínhamos mais de 180 pessoas empregadas diretamente, exercendo alguma função na indústria, nos postos de gasolina e em nossa loja, silos ou administrativo. Muitos deles são pessoas, filhos de agricultores. Ao mesmo tempo ainda temos que considerar os empregos indiretos, por que todos os caminhões que recolhem o leite são terceirizados, pôr isso, deve chegar próximo de 250 pessoas que são empregadas, e alguns deles estão espalhados pelos outros municípios (Gestor COOPAR).

Constatou-se ainda que, há transações entre os associados e sua cooperativa que vão além da atuação que se espera dessa. Nesse sentido, refere-se ao aporte de recursos que a cooperativa faz para que os associados possam melhorar suas atividades dentro da propriedade. Assim, ficou apurado que a cooperativa destina recursos em forma de adiantamentos que são representados por equipamentos, insumos e, às vezes, em moeda corrente. Dentro dos registros contábeis, esses recursos estão representados pelas contas de créditos com cooperados, assim como adiantamentos a cooperados. A evolução desses valores está representada na figura 15.

O gestor da COOPAR explica que esta possibilidade é muito importante, porque segundo ele, às vezes os produtores precisam fazer algum investimento e a cooperativa realiza a compra, repassando aos produtores que, por sua vez, ficam pagando em produto, conforme a situação de cada um. Assim aconteceu com a compra de uma série de resfriadores de leite, viabilizando a permanência de alguns produtores na área do leite.

Segundo os dados coletados junto à secretaria da fazenda, do município de São Lourenço do Sul, a COOPAR está muito bem colocada quando se leva em consideração a contribuição na arrecadação municipal. Conforme está demonstrado na figura 15, o município sede de cooperativa realmente se beneficia de toda a cadeia que é desenvolvida pela COOPAR. Portanto, o município de São Lourenço do Sul tem uma significativa entrada de recursos nos cofres municipais devido à atividade e atuação da COOPAR, especificamente aqui está se referindo ao Valor Adicionado.

Ademais, outro ponto verificado é a revitalização de uma comunidade rural, do interior do município de São Lourenço do Sul. Trata-se da localidade de Boa Vista, localizada na RS 265, km 24,5, no 6º Distrito. Nesta localidade está localizada a sede administrativa da cooperativa, além de loja e silos para recebimento de grãos.

Destaca-se que, nos dias das visitas foi presenciado um significativo movimento de associados realizando a entrega de grãos, visto que era época de colheita de milho.

Segundo relato do gestor da COOPAR, Boa Vista:

Era praticamente uma vila abandonada, depois que surgiu a cooperativa, surgiu alguns empregos, alguns associados vieram trabalhar aqui, já construíram casa mais perto, melhoram as casas, veio morar pedreiro, tendo mais morador o comércio foi melhorando[...] hoje a vila Boa Vista, está crescendo cada vez mais, já surgiu duas pequenas metalúrgicas, demos duas agências de banco, então é isto. Acho que a COOPAR deu o pontapé inicial no desenvolvimento dessa comunidade. (Gestor COOPAR).

A COOPAR está localizada em uma área rural, que é uma característica importante, possibilitando a percepção de como a criação de uma cooperativa apresenta uma dimensão empreendedora. As comunidades e os próprios associados, muitas vezes, não têm esta visão.

Neste sentido, a cooperativa como instituição, pode ser enquadrada no conceito de empreendedor de Schumpeter, que aponta a realização de novas combinações, identificadas por introdução de um bem ou uma nova qualidade do bem; introdução de um novo método de produção ou comercialização de um bem; abertura de novos mercados; conquista de novas fontes de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados; e, estabelecimentos de novas organizações, portanto, contribuindo para o desenvolvimento (SCHUMPETER, 1982).

Assim, feita uma análise do conjunto dos resultados socioeconômicos, se verifica que o cooperativismo agropecuário ocupa um lugar de destaque no desenvolvimento territorial, embora possa se dizer que é mais significativo nos municípios sede dessas organizações, mas não menos importante, quando se usa a ótica da localização dos produtores cooperados. Do ponto de vista social, conclui-se que há uma dinâmica um pouco diferente, por se tratar de cooperativa, pois a cooperativa depende do sucesso da unidade de produção e vice-versa.

Uma constatação que merece registro é que diferentes atores (STR, SDR, COOPAR, etc) trabalhando, mesmo que não sejam formalmente integrados, conseguem ganhos principalmente para o agricultor familiar. Isso ocorre em decorrência da utilização dos serviços da cooperativa, além de conseguir aproveitar alguns serviços oferecidos pelo sindicato. Por fim, mas não menos importante, traz-se a contribuição das secretarias municipais para o desenvolvimento rural, que tem em sua essência o zelo pela infraestrutura, como políticas públicas, estradas, melhoria na energia elétrica e, mais recentemente, preocupação com a qualidade do sinal de internet.

Diante do exposto, constata-se que no campo econômico acontecem as principais interações entre os atores sociais. Neste sentido, o conceito de interface social (LONG, 2007) abrange todas as relações em que cada ator procura atender os seus interesses. Ainda, Gonzales et al (2010), explica que interface social é um encontro de diversos atores sociais com diferentes interesses recursos ou poderes. Portanto, as cooperativas estão inseridas em um contexto de competição, onde precisam desenvolver estratégias vantajosas para o seu fortalecimento.

4.2.3 Dimensão tecnológica

Na análise aqui proposta, pretende-se trazer alguns pontos que podem influenciar no desenvolvimento territorial rural, a partir das percepções colhidas nas entrevistas. Primeiramente procurou-se saber, dos diferentes atores, qual a importância dos avanços tecnológicos no desenvolvimento de suas atividades. Assim, inicialmente, o entrevistado explica que tudo passa por uma infraestrutura mais adequada:

Eu acho que sim, na medida que o mercado inclusive é vetor que vai decidindo, o mercado exige produtos de qualidade, então naturalmente a assistência técnica que dá suporte nas cooperativas agropecuárias vai nessa direção. Para que os produtos comercializados sejam produzidos com qualidade e tecnologia, explica ainda que a tecnologia se torna um facilitador tanto para a cooperativa a quanto para o produtor (SDR).

Os cooperados, produtores de leite, explicam que as tecnologias são muito importantes para eles. Quando se referem a tecnologias novas, quase sempre o fazem lembrando de sementes mais produtivas, ou alguma instalação nova. Por vezes, relacionam a tecnologia com a forma que ela chega até as propriedades, conforme mencionado pelo Coop5, que diz:

As coisas novas eu tenho conhecimento. Eu procuro saber em folhetos, também participo de um grupo de whats que trabalha só com a produção de leite, eu também procuro na internet. Tem também a energia solar é uma das primeiras coisas que pretendo fazer. Hoje não consigo instalar por questões financeiras... deveria ter algum estímulo. (COOP1). Eu gosto de participar nos dias de campo, a gente já vê as coisas funcionando. Eu fui em um dia de campo na EMBRAPA, lá eles ensinam como fazer e já mostram o resultado. Às vezes precisa adaptar, por porque lá eles têm mais recursos e conseguem fazer tudo certinho (Coop5).

Neste sentido, observa-se que os produtores, mesmo às vezes em dificuldades financeiras, se adaptam e conseguem vislumbrar nos avanços tecnológicos, trazendo vantagens para a viabilidade da propriedade rural. Há indicações, é claro, que o fator limitante nesse caso, é a disponibilidade financeira.

A COOPAR, conforme apurou-se na pesquisa, está atenta também às questões que dizem respeito às inovações na própria cooperativa, e procura encontrar soluções para o pequeno produtor. Assim, a gestão atual explica que no quesito instituição cooperativa, as inovações são muito importantes, viabilizando negócios. Nesse caso, o entrevistado cita o exemplo de um investimento em tecnologia que possibilitou o aproveitamento do soro de queijo, inclusive com ganhos ambientais:

Tem que buscar tecnologia nova, para manter a modernização. Por exemplo, em 2019 investimos na nossa indústria. O soro não era aproveitado na hora de fazer o queijo. Então lá se investiu mais de 1 milhão, naquela época num concentrador de soro, assim triplicamos o valor desse subproduto, é um modelo de tecnologia que traz benéfico a todos (Gestor COOPAR).

Quando se trata da transferência de conhecimento da cooperativa ao produtor, a responsabilidade recai sobre o departamento técnico. Sua estrutura é composta por técnicos treinados, capazes de levar o conhecimento ao pequeno produtor. As atividades vão desde a observação nas propriedades, até a recomendação de implantação de melhorias, a partir de visitas rotineiras. Além disso, inúmeros serviços são disponibilizados, conforme explica, em depoimento, o responsável por este departamento:

Disponibilizar os investimentos em melhoramento genético; aderimos ao programa mais leite, este destinado a produtores que produzem menos de 100 litros dia; temos interações com o projeto Pro Tambo da Embrapa, onde está se estruturando 4 propriedades modelo, que serão utilizadas com referência para os demais; buscamos tecnologias de nutrição para animais, entre outros. Tem também o projeto de SENAR, onde participamos, que visa desenvolver a gestão das propriedades [...]. Fazemos reuniões com os produtores, às vezes precisa transmitir ou informar sobre inovações ou exigências. O produtor nos procura utilizando principalmente o whats e o telefone, as demandas nesse setor são as mais diversas (Gestor COOPAR).

Portanto, as cooperativas por serem organizações diferenciadas de uma empresa privada, auxiliam o desenvolvimento do associado. Deste modo, no contexto de compartilhamento de informações e tecnologias, a cooperativa se torna importante para o produtor. O gestor da FECOAGRO explica que as tecnologias são muito caras para o pequeno produtor e, segundo ele:

As cooperativas podem ajudar no coletivo, e podem disponibilizar tecnologia a todos a exemplo do Smartcoop, assim os associados podem ter acesso à informação e tecnologia[...] A Smartcoop é uma plataforma diferente das outras, pois os produtores são os donos desse projeto realizado através da intercooperação de 31 cooperativas agropecuárias (Gestor FECOAGRO).

O Smartcoop refere-se a um aplicativo que auxilia no gerenciamento da propriedade rural. Através desse aplicativo o cooperado consegue acompanhar os estoques de insumos, produtos que ele tem na cooperativa, informações sobre produtividade, condições meteorológicas, dentre outras informações. Abrange todos os setores da agricultura, inclusive as produtoras de leite, possuindo espaço para interação entre produtores e especialistas, sendo, portanto, uma ferramenta bastante útil.

Nesta cooperação ocorre uma complementação de interesses, visto que a tecnologia é revertida em ganhos ao produtor e matérias primas mais evoluídas tecnologicamente são apresentadas, característica da qual a cooperativa necessita. Segundo estudo de Bortoluzzi (2016) nesta área corrobora a importância das tecnologias e transferência de conhecimento como ferramentas de desenvolvimento das cooperativas agropecuárias. O autor aponta uma evolução positiva no patrimônio líquido das mesmas, decorrente de investimentos efetuados nesta área (BORTOLUZZI, 2016).

Da mesma forma, também relacionado a esta dimensão, estão os processos e a forma como os conhecimentos circulam entre a cooperativa, neste caso, geralmente representado pelo departamento técnico, por ser este o responsável pela transferência

das tecnologias para o produtor rural. Assim, Aguiar et al. (2021), estudaram o papel das cooperativas agropecuárias, analisando a capacidade absorptiva de produtores rurais associados. Os autores apontam pontos positivos gerados no ambiente cooperativo com uso de softwares, uma vez que a procura por essas tecnologias é importante na tomada de decisão e gerenciamento de produtividade.

Neste contexto do ambiente tecnológico, algumas ponderações são consideradas relevantes, como o fato das cooperativas agropecuárias estarem inseridas em um ambiente de grande heterogeneidade, o que é próprio do ambiente rural. O mesmo acontece com os produtores associados. Dessa constatação derivam algumas reflexões, tais como: o estágio de evolução de algumas cooperativas é muito mais adiantado que outras, fazendo com que estas tenham muito mais facilidade de implantação de ferramentas tecnológicas.

Por sua vez, com os produtores acontece algo semelhante, muitos ainda não acumularam recursos suficientes, que os tornem capazes de dar suporte para a assimilação dessas tecnologias. Neste sentido, foi analisado o perfil dos entrevistados do trabalho realizado por Aguiar et al. (2012) e constatou-se que todos os associados entrevistados possuem formação em nível superior e trabalham em áreas maiores. É evidente que isto refere-se a um recorte do referido trabalho, mas quando comparado com o que foi constatado na ocasião das realizações das entrevistas na COOPAR, percebe-se que é uma realidade ainda muito distante. No universo dessa pesquisa, a realidade do pequeno produtor familiar encontrada é a de que ele está dependente de atores externos para continuar na atividade.

Destarte, os associados produtores de leite não trabalham de forma isolada, isto é, mantêm uma rede onde estão incluídos diversos atores sociais e/ou instituições, como: EMBRAPA, Sindicato Trabalhadores Rurais e Secretarias municipais de desenvolvimento rural, onde buscam e recebem vários tipos de conhecimento. No mesmo contexto, encontram-se os técnicos da cooperativa agropecuária, em posição mais relevante, uma vez que fazem o elo entre os agricultores produtores de leite na busca por conhecimento e buscam alternativas para viabilizarem e os manterem neste ramo. Deste modo, observa-se que os cooperados produtores de leite utilizam-se de

diversas fontes de conhecimento e procuram adaptar seus próprios conhecimentos, visando a obtenção de melhores resultados.

4.2.4 Dimensão cultural

No contexto cultural do desenvolvimento territorial procurou-se aventar algumas características que favorecem o desenvolvimento do cooperativismo. Os entrevistados foram estimulados a relacionar e comentar ações que são percebidas, ou desenvolvidas nas comunidades, que possam ter uma relação direta com a cultura e o desenvolvimento.

Para os associados, esse é um tema que praticamente se restringe à participação da cooperativa em eventos culturais, sendo, na maioria das vezes, colocada como uma apoiadora financeira a esses eventos, através da colaboração. No entanto, os gestores, e até os demais atores entrevistados, percebem a importância de desenvolver esta dimensão do desenvolvimento.

Assim, os gestores compartilharam suas ideias e percepções, relatando eventos onde efetivamente participam e levantam questões como a constituição étnica na região onde atua a cooperativa, conforme relatam:

Aqui em São Lourenço é muito importante existe uma diversidade étnica muito grande, as regiões de Turuçu e Canguçu são semelhantes. Assim a gente tem que valorizar a cultura de cada região. Nós participamos, apoiamos uma série de eventos e feiras, onde sempre se consegue trocar experiências, porque ali praticamente todos estão representados (Gestor COOPAR).

Para o gestor da FECOAGRO, o cooperativismo já acumulou experiências boas que devem ser divulgadas nas comunidades, como exemplos de outras regiões que podem ser utilizadas como modelo. Assim, dar visibilidade é:

Fazer eventos regulares em alguma época do ano, tem o dia C comemorado em todo mundo em julho. Realizar ações que envolvam a comunidade mostrando o engajamento das cooperativas com a sociedade e isto deveria ser mais divulgado nas escolas. Assim os futuros cooperativistas estariam mais preparados (Gestor FECOAGRO).

Muitas vezes, as vantagens do cooperativismo estão centradas nas indicações econômicas. Nesse sentido, Silva et al. (2006) concluíram que o cooperativismo é

gerador de mecanismos capazes de atuarem sobre a identidade cultural dos produtores, em suas relações interpessoais, na difusão de conhecimento no meio rural e na inserção social do homem do campo.

Neste contexto, Spanevello et al. (2011) estudaram a importância do cooperativismo agropecuário na temática da sucessão geracional, concluindo que as contribuições das cooperativas nesta questão são indiretas, voltadas a aspectos econômicos-produtivos e sociais para a família rural, ou seja, criar condições econômicas favoráveis no campo é um dos fatores mais importantes para diminuir o êxodo rural e manter o jovem no campo. Observa-se assim, que pinçar apenas um aspecto, ou, uma dimensão do desenvolvimento, torna-se algo quase inócuo. As 4 dimensões aqui analisadas se complementam, no entanto, fica evidente que a dimensão econômica é a que mais prevalece nos achados desta análise.

4.2.5 Desafios dos diferentes atores para o desenvolvimento territorial

Por fim, as entrevistas foram conduzidas de maneira que os entrevistados comentassem sobre alguns desafios que considerassem importantes no desenvolvimento rural.

Neste sentido, as preocupações dos cooperados giram em torno de questões, ou problemas, causados pelas estiagens, que são inerentes a toda a atividade agrícola, e a mão de obra. São preocupações que afetam a produtividade e a organização da unidade de produção no dia a dia.

Para os gestores, integrar os agricultores familiares para gerenciar melhor a propriedade é um grande desafio, pois, na visão da cooperativa, há muitos produtores que precisam elevar a produção, para que possam ter uma vida melhor no campo. Quanto ao desenvolvimento do cooperativismo, apontam o resgate da imagem como fator importante. Nesse sentido, a preocupação dos gestores foi corroborada por um estudo conduzido no campo do cooperativismo de crédito, que aponta a boa governança cooperativa como um dos fatores que contribuem no desenvolvimento do cooperativismo,

estimulando a participação dos associados, que por sua vez fortalece a legitimidade da cooperativa perante o ambiente institucional e social (JANSEN; MAHLER; WEGNER, 2018). Os gestores apontam ainda a importância do desenvolvimento de lideranças que possam conduzir esse resgate. Indo ao encontro, os especialistas trazem que as cooperativas, ao lado dos produtores, precisam profissionalizar suas gestões.

Na sequência é apresentada a tabela 6, contendo o resumo dos tópicos apontados pelos diversos atores, no que concerne a relevância do cooperativismo agropecuário no desenvolvimento rural.

Tabela 6- Resumo dos tópicos apontados pelos diferentes atores entrevistados sobre a relevância do cooperativismo agropecuário nas 4 dimensões do desenvolvimento territorial rural.

Dimensões do desenvolvimento territorial	Atores entrevistados			
	Cooperados	Gestores	SDR	STR
Dimensão Social	<ul style="list-style-type: none"> - Geração de renda; - Sentimento de iteração; - Participação em grupos - Participação nas decisões; - Encontros de grupos; - Formação da cooperativa; - Confiança do cooperado na cooperativa; - Sente-se mais tranquilos para trabalhar; - Sentimento de valorização do trabalho que realiza. 	<ul style="list-style-type: none"> -Confiança da cooperativa no associado; -Desenvolvimento dos pequenos produtores; -Geração de empregos; -Contribuição de impostos; -Consumo de produtos produzidos na região; -Garantia de compra de pequenos produtores; -Auxílio no planejamento para melhorara a produção; - Melhora da qualidade dos produtos; -Valorização das pessoas; -Apoio agricultura familiar. 	<ul style="list-style-type: none"> -Colabora na organização da cadeia produtiva do leite; - Organização que apresenta estrutura para o desenvolvimento dos agricultores; -Mais fácil gerenciar pequenos grupos; - Grupos maiores exigem gestão com profissionais -Agricultores não estão preparados - Geração de empregos indiretamente 	<ul style="list-style-type: none"> -Promove o poder entre os associados; -Complementa as necessidades dos associados; -Contribui na permanência do jovem no campo, com o programa terra Brasil.

<p>Dimensão econômica</p>	<p>-Centrado nos cuidados com UP; -Ter alguém que recolhe diariamente os produtos; -Posso cuidar melhor das minhas coisas; -Satisfação com a geração da renda; -Satisfação com a geração do emprego na cooperativa; -Tem sempre os insumos disponíveis. -Financiamento de equipamentos; -Garantia de recebimento pelo leite; -Financiamento de sementes; -A COOPAR faz todo o sistema, traz a semente e depois compra a produção; -Sempre que preciso eles me atendem; -Assédio de outras cooperativas para receber o leite, -Migração do leite para agricultura.</p>	<p>-Benefício de economia em escala; -Benefício acesso a recursos financeiros para financiamentos; -Incremento de novas atividades para diversificar a produção na área rural; -Sustentabilidade; -Cooperação e integração com outros programas; -Auxílio na análise de solo; -Migração de cooperativas de outras regiões; -Nova fronteira de plantação de soja; -Melhora e manutenção e estruturação da cadeia produtiva do leite.</p>	<p>- Diversificação; - Criação de oportunidades na área rural; -Desenvolvimento do turismo rural; -Instalação de empreendimentos não tipicamente rurais (Oficina, padaria etc.); -Desenvolvimento de agroindústrias; -Produtos de valor agregado; -Integração entre produção agrícola, turismo e diversificação; -Integração entre turismo e produção de agroindústrias; -Criação de entretenimento nas áreas rurais.</p>	<p>-Poder de venda; -Poder de compra; -Criação de grupos para viabilização de novas culturas, ou resgate de culturas que foram abandonadas; -Realização de serviços auxiliares para os produtores; -Importância do turismo rural; -Contato com a natureza.</p>
	<p>-Tem informações para trabalhar melhor;</p>	<p>-Investimento em infraestrutura</p>	<p>-Modernização da infraestrutura rural;</p>	<p>-Aponta dificuldade de comunicação via</p>

<p>Dimensão tecnológica</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Grupo de whats, para dúvidas e problemas; -Procura novas tecnologias e processos na internet; -Dificuldade de implantação; -Contribuição na modernização; - Fornecimento de tecnologias, -Avaliação da genética do rebanho; -Cooperativa traz novos conhecimentos 	<p>tecnológica da cooperativa;</p> <ul style="list-style-type: none"> -Atualização do conhecimento; -Atualização tecnológica do associado, para atender exigências regulatórias; -Criação de ferramentas tecnológicas que auxiliam na gestão rural; - Visitas técnica; - Manter a planta da indústria de laticínios tecnologicamente atualizada; -Desenvolvimento de 4 propriedades modelo, referência para transmissão de conhecimento; -Interação com Embrapa e SENAR e 	<ul style="list-style-type: none"> -Eletrificação rural Manutenção de estradas boas; - Dotação de meios tecnológicos para melhorar a vida no campo; para evitar êxodo rural; -Internet com qualidade. 	<p>internet na área rural</p> <ul style="list-style-type: none"> -Pandemia acelerou uso da internet - Pessoal mais idoso tem dificuldade
<p>Dimensão Cultural</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Promoção de eventos, -Participação em feiras 	<ul style="list-style-type: none"> -Falta de continuidade nos projetos; -Participação em feiras, eventos culturais; -Patrocinadora de evento técnico. 	<ul style="list-style-type: none"> -Apoio a eventos e feiras; 	<ul style="list-style-type: none"> -Valorização das coisas que as pessoas fazem no interior; -Valorização do Caminho pomerano; -Patrocínio em festas.
<p>Desafios para o desenvolvimento</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Mão de obra -Problemas com seca 	<ul style="list-style-type: none"> -Integrar o pequeno produtor para gerenciar melhor a propriedade -Resgatar a imagem do cooperativismo 	<ul style="list-style-type: none"> -Gestão profissionalizada 	<ul style="list-style-type: none"> -Agilizar as demandas -Armazenagem de grãos.

		-Garimpar lideranças autenticas		
--	--	------------------------------------	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor

A articulação entre diversos atores, contribui, pois, mesmo que eles tenham uma visão distinta do papel da cooperativa no processo de desenvolvimento, é percebido um esforço para que haja melhoria nas condições socioeconômicas de toda a comunidade.

Por fim, encerrando a análise, na próxima seção são trazidas as considerações finais do autor, a fim de alcançar um fechamento geral sobre a pesquisa realizada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo principal evidenciar as contribuições e a importância do cooperativismo agropecuário no desenvolvimento territorial. Apenas uma cooperativa, com sede na cidade de São Lourenço do Sul, foi selecionada como objeto de estudo, pelo critério de acesso, portanto as considerações aqui relatadas não podem ser extrapoladas para outras cooperativas e regiões.

Na realização do estudo observou-se que o cooperativismo agropecuário é importante para o desenvolvimento territorial rural, uma vez que, mobiliza recursos financeiros, técnicos e sociais, dentro de um contexto de atuação regional. Isso ocorre, principalmente, pelo fato dos ganhos oriundos da geração de impostos e empregos se concentrarem mais no município onde a sede da cooperativa está situada, ou onde estão as instalações industriais que transformam as matérias primas para a colocação do mercado.

Quando analisadas as atividades relacionadas ao produtor, especialmente de leite, constatou-se que ele está distribuído em uma vasta área, onde de uma, ou de outra forma, há benefícios que são alcançados por estas organizações. O produtor de leite está inserido numa rede de serviços, deste modo pode-se ponderar que cada cooperado, ao viabilizar sua unidade de produção, mantém um campo de interação que disponibiliza oportunidades, tendo em vista que a atividade exige uma diversificada qualidade e quantidade de mão de obra.

Diante do exposto, percebe-se que a COOPAR é o principal ator, dentro da área de atuação, no que diz respeito ao setor de produção de leite, criando condições favoráveis aos produtores associados e promovendo certa estabilidade de mercado para a produção. Assim, os associados continuam desenvolvendo a atividade leiteira no território de atuação da cooperativa, contribuindo assim na diversificação da produção, gerando benefícios econômicos e sociais.

Além do fator econômico, que muitas vezes fica mais evidente, a pesquisa demonstrou que a cooperativa proporciona ganhos de caráter social indireto para o associado e para a comunidade em geral: os associados possuem uma assistência

técnica que é revertida em conhecimento, tornando-se útil até para os não cooperados; ainda, a comunidade em geral é beneficiada com a geração de impostos, que são revertidos em serviços para todos.

O desenvolvimento do cooperativismo como um todo é muito importante e, neste sentido, percebeu-se, a partir de algumas ponderações, que a COOPAR é uma instituição capaz de refletir esta importância: 1) pela sua atuação dentro dos princípios que norteiam este movimento; 2) pela atuação social, tendo em vista que a cooperativa atua no desenvolvimento do pequeno produtor que são a maioria dos cooperados; e, 3) por manter uma gestão que transmite confiança aos cooperados e à comunidade, com isso, mantendo uma boa imagem com o mercado, que é o destino das matérias primas produzidos pelos associados.

Na questão prática, o estudo mostra que o fortalecimento do cooperativismo, como movimento, está ligado ao desempenho das cooperativas. No entanto, os gestores precisam estar atentos e, ao mesmo tempo que gerenciam as cooperativas, precisam desenvolver ações para promover o associado.

Por fim, destaca-se que, as limitações no presente estudo estão ligadas principalmente ao fato de um pequeno número de cooperados terem sido entrevistados.

A contribuição teórica do presente trabalho decorre da análise das relações existentes entre o cooperativismo, o desenvolvimento territorial e a ação dos principais atores. Nesse sentido, como os agricultores cooperados são agentes de transformação, ao constituírem a organização cooperativa, propiciam uma complexa teia de contribuições, apresentando consequências não intencionais e efeitos benéficos para toda a sociedade.

Como proposta para estudos futuros, sugere-se vincular outros temas ao cooperativismo, por exemplo, a dimensão empreendedora do cooperativismo, afinal, associar esforços para minimizar os problemas sociais gerados pelo desemprego é uma das razões do surgimento do movimento cooperativista.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

AGUIAR, C. C.; JUNIOR, S. S.; SPULDARO, J. D. O papel das cooperativas agropecuárias: processo de capacidade absorptiva de produtores rurais associados. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, [S. l.], v. 23, p. e1690, 2021. Disponível em: <http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/1690>. Acesso em: 10 set. 2021.

ARANDA, Y.; COMBARIZA, J.; PARRADO, A. **Rural tourism as a rural territorial development strategy: a survey for the Colombian case**. *Agronomía Colombiana*, 2009, vol. 27, no 1, p. 129-136.

ARRUDA, A. **Estrutura de Governança em Redes de Cooperativas de Crédito sob a ótica da Teoria dos Custos de Transação: um estudo comparativo entre cooperativas brasileiras e canadenses/Tese -- São Caetano do Sul: USCS / Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2014.**

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luis Atero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo, 2016.

BEGINS, H.; AREND, S. C.; ESTIVALETE, V. Em frente ao espelho: a produção do conhecimento em cooperativas **na Revista de Economia e Sociologia Rural**. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v. 52, n. 1, p. 99-116, Mar. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 July 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000100006>.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Estratégias e cooperativas agropecuárias: um ensaio analítico**. Seminário de Política Econômica em Cooperativismo e Agronegócios. Viçosa: UFV, 2002.

BOISIER, S. Una metáfora para una teoría del desarrollo territorial. **Revista EURE-Revista de Estudios Urbano Regionales**, v. 23, n. 69, 1997.

BOISIER, S.: **Un ensayo epistemológico y axiológico sobre gestión del desarrollo territorial: conocimiento y valores**. Santiago de Chile, 2005.

BORK, F. S. **Caracterização da percepção dos associados na sua relação com a COOPAR – Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores da Região Sul. São Lourenço do Sul, RS**. 2011. Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o desenvolvimento Rural – PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção

do Título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento rural. 66p. Disponível em: Acesso em: 10 junho 2021.

BORTOLUCI, M. A. Cooperativismo no Brasil: uma contribuição ao desenvolvimento do cooperativismo agroindustrial. **Dissertação** de mestrado em Administração. Ribeirão Preto: Centro Universitário Moura Lacerda, 2002.

BRAGA, T. M. Desenvolvimento local endógeno: entre a competitividade e a cidadania. In: R. B. **Estudos Urbanos e Regionais**, n. 5, p. 25-39, 2001.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**: Guia para o Planejamento. Brasília, 2005.

BRASIL. **Lei complementar nº 63**. Dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidos, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências. Brasília, 1990.

BRASIL. **Lei nº 5.764**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília, 1971.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002

BUTTEMBENDER, P. L. **Cooperativismo na Região Noroeste do Rio Grande do Sul**: Experiências de gestão cooperativa e de promoção do desenvolvimento – Porto Alegre. Sescop/RS, 2010.

CARDOSO, B.L; DANTAS I. Desenvolvimento territorial sustentável: estudo comparativo de indicadores do sistema de gestão estratégica em territórios rurais do Rio Grande do Norte. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 13, n. 1, p. 39-55, 2014.

CECHIN, A. Cooperativas brasileiras nos mercados agroalimentares contemporâneos- Limites e perspectivas. In: **O mundo rural no Brasil no século 21**. Editores Técnicos. Brasília, DF. Embrapa 2014.

CENZI, N. L. **Cooperativismo**: desde as origens ao Projeto de Lei de Reforma do Sistema Cooperativo Brasileiro. Curitiba: Editora Juruá, 2009.

COOPAR. **Estatuto Social da Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul**. Disponível em: <http://jucisrs.rs.gov.br>-. Acesso em: agosto 2021.

COSTA, Davi Rogério de Moura; CHADADD, Fabio Ribas; AZEVEDO, Paulo Furquim. **Separação Entre Propriedade e Decisão de Gestão nas Cooperativas Agropecuárias Brasileiras**. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 50, Nº 2, p. 285-300, Abr/Jun 2012.

DA SILVA, C. L.; SALANEK FILHO, P. Cooperativismo do capital conjunto e do agronegócio: uma avaliação da região a partir do funcionamento da Cooperativa COPACOL / Paraná / Brasil. **Revista de Ciências Sociais, Marcaibo**, v. 15, n. 1, pág. 50-67, março de 2009. Disponível em <http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-95182009000100005&lng=en&nrm=iso>. acesso em 17 de agosto de 2021.

DELAI, Ana Paula Dalmagro et al. Cooperativismo e desenvolvimento local: uma análise para a região da grande Dourados no estado de Mato Grosso do Sul. **Revista. ORG & DEMO**, Marília, v. 17, n. 2, p. 115-134, Jul./Dez., 2016

Expressão do cooperativismo gaúcho 2020. Sistema OCERGS-SESCOOP/RS. Disponível em: <http://www.sescooprs.coop.br/app/uploads/2020/07/ta-na-mesa-expressao-2020.pdf> Acesso em: 20 junho 2020.

FAVARETO, A. et al. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA. 2010.

FECOAGRO, **Federação da Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul**. Disponível em: www.fecoagro.coop.br/ acesso em 15/05/2020.

FEIJÓ, R. L. C., **Economia Agrícola e desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro. LTC, 2011.

GIL, A. C., **Como Elaborar projetos de pesquisa**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2018.

GOMES, K. B.; GOMES, M. C.; FERNANDES, L. O., **Perspectiva orientada ao ator na análise da capacidade instalada dos empreendimentos agroindustriais no município de São Lourenço do Sul/RS-Brasil**. RPCA, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, jan./mar. 2018, 105-116.

GONÇALVES, J. E. Histórico do movimento cooperativista brasileiro e sua legislação: um enfoque sobre o cooperativismo agropecuário. In: **Anais...** Ribeirão Preto, 2005.

GONZÁLEZ, Shirley & PEREIRA, Viviane & DAL SOGLIO, Fabio. (2014). A Perspectiva Orientada ao Ator em estudos sobre Desenvolvimento Rural. **Perspectivas Rurales**. 13. 101-121.

GUIVANT, J. (1997) "Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável". **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. v. 14, n.3, set./dec., EMBRAPA, Brasília.

HIRSCHMAN, E. C. Humanistic Inquiry in Marketing Research: Philosophy, method and criteria. **Journal of Marketing Research**, v. 23, p. 237-249, 1986.

JACQUES et. al. Cooperativas no Brasil: evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 2 (57), p. 489-509, ago. 2016.

JANSEN, A., MAEHLER, A., WEGNER, D. Cooperative Governance and the Legitimacy Dilemma: A Case Study in a Credit Cooperative. **Iberoamerican Journal of Strategic Management (IJSM)**, North America, 17, sep. 2018. Available at:

HOLYOAKE, G. J. **Os 28 tecelões de Rochdale**. 9ª ed. Porto Alegre: WS Editor, 2005.

KUNZLER, M.t., BULGACOV, S. As estratégias competitivas e colaborativas e os resultados individuais e coletivos no associativismo rural em Quatro Pontes (PR). **Revista de Administração Pública - RAP** [en línea]. 2011, 45 (5), 1363-1393 [fecha de Consulta 17 de Agosto de 2021]. ISSN: 0034-7612. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=241019496006>

LIMA, J. C., **As Artimanhas da Flexibilização**: o trabalho terceirizado nas cooperativas de produção, São Paulo. 2002. Terceira Margem.

LOGMOVEJO, Rodrigo; Mora, Alberto & Vanhuynegem, Philippe, Eds. **El cooperativismo en América Latina**: Una diversidad de contribuciones al desarrollo sostenible. La Paz, OIT, Oficina de la OIT para los Países Andinos, 2012. 400 p.

LONG, Norman. **Sociología del desarrollo**: una perspectiva centrada en el actor. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social: El Colegio de San Luis, 2007.

LOVISON, A. M., BASSO E.; **Desenvolvimento Local Endógeno**: Interrogando Seus Limites e Possibilidades. **Desenvolvimento em Questão** [en línea]. 2015, 13 (30), 327-345 [fecha de Consulta 6 de Septiembre de 2020]. ISSN: 1678-4855. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75235861013>

MARTINEZ, I.; PIRES, M, L.L. e S. Cooperativas e Desenvolvimento Rural: As recentes discussões no Campo da Nova Geração de Cooperativas. In **Perspectiva Econômica**. São Leopoldo: Editora Unisinos, V. 34 n. 108 (cooperativismo 46), p.123-137, 1999.

MEINEN, E. PORT, M. **Cooperativismo Financeiro, percurso histórico, perspectivas e desafios**. Editor Confefbras, 2014.

MELLO, I. A. Desenvolvimento Territorial Rural: diálogos conceituais. **Revista Espaço Acadêmico** n.224 p.301-315.

MINAYO, M. (1993). **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa. 2014.

MIRANDA, V. M. H. Doutrina e Empresa Cooperativas: contribuição para o estudo do cooperativismo na "Região de Araraquara". 1973. 233 p. **Tese** (Doutorado em

Economia). Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara. Araraquara, 1973.

NAVARRO, Z. (2001) “Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro”, **Revista Estudos Avançados**, 16 (44): 83-100.

NICOLA, M.P.; MARQUES, F.C. **Mapeando A Rede Rural de Desenvolvimento da Pecuária Familiar na Região Centro Sul do Rio Grande do Sul**. Redes (St. Cruz do Sul Online), Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 3, p. 49-74, set. 2016. ISSN 1982-6745. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/7253>>. Acesso

OLIVEIRA, B. A. M. de. O capital social nas Cooperativas Populares e suas relações com a Economia Solidária. Trabalho apresentado no SBS – **XII Congresso Brasileiro de Sociologia**. GT 02 - Desenvolvimento, Trabalho e Gestão. 3ª Sessão: Autogestão, cooperativismo e economia solidária. 2005.

ORGANIZAÇÃO DA NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 20 junho 2020

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - <https://materiais.somoscooperativismo.coop.br/anuario-do-cooperativismo-2019> Disponível em: www.ocb.gov.com.br. Acesso em: 20 junho. 2020.

ORTEGA, A. C. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos CONSADs. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 45, n. 2, p. 275-300, June 2007. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-0032007000200003&lng=en&nrm=iso. acesso 25 May 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032007000200003>.

ORTEGA, A. C.; MENDONÇA, N. C. **Estratégias de desenvolvimento territorial rural no Brasil: continuidades e rupturas**. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (Org.). Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária. 1. ed. Campinas-SP: Átomo & Alínea, 2007. v. 1, p. 80-109.

PASCUCI, L.; LORENZI, G. de A.; CASTRO, S. C. Princípios Cooperativistas e Conflitos de Interesses: Um Estudo Comparativo. **Revista Eletrônica Estácio Papirus**, v. 1, n. 1, p. 1-13, 2017.

PAVÃO et al. **Anpad** -VI Encontro de Estudos Estratégicos, Bento Gonçalves, 2013.

PIENIZ, L.C.C. **Elementos básicos constituintes do desenvolvimento endógeno/local/regional/territorial: redes, atores e territórios**. GEDECEN. Vol. 01. Unicruz. 2013.

PISSUTI, M. et al. Cooperativismo: um levantamento bibliométrico da produção científica da Web of Science. In: VIII **SINGESCOOP** - Simpósio Nacional de Gestão de Cooperativas. Santa Maria. Rio Grande do Sul: 2018.

PIVOTO. **Governança Cooperativa**: Os problemas dos direitos de propriedades difusos em cooperativas agropecuárias. Porto Alegre: Sescoop/RS, 2015.

PLOEG, Jan. D. van der. **O modo de produção camponês revisitado**. In: SCHNEIDER, S. (Org.). A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

PROLO, I; LIMA, M. C; DA SILVA, L. F. Os Desafios na Adoção da Tradição Interpretativista nas Ciências Sociais. **Revista Unilasalle**. Canoas, n. 39, 2018.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Tradução de Luiz Alberto MONJARDIM. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 260.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO (SCP). **Atlas Socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2020.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS FILHO, J.C. **Pesquisa quantitativa versus Pesquisa qualitativa**: o desafio paradigmático. In: SANTOS FILHO, J.C.; GAMBOA, S.S. (org). Pesquisa Educacional: Quantidade-qualidade. 7. ed. Cortez: São Paulo, p. 13-59, 2009

SCHMIDT, D.; PERIUS, V. **Cooperativismo e Cooperativa**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

SCHNEIDER, S. A Abordagem Territorial do Desenvolvimento e Suas Ligações Externas. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11 p. 88-125, jan/jun 2010.

SCHNEIDER, José Odelso; HENDGES, Margot. Educação e capacitação cooperativa: sua importância e aplicação. **ESAC** – Economia Solidária e Ação Cooperativa. Unisinos, v.1, p. 33-48, jul/dez 2006.

SCHNEIDER, Jose Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2ª edição. São Leopoldo. Unisinos 2003.

SCHUMPETER, A Joseph. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. Trad. Laura T Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Paulo José et al. Capital social em rede organizacional: uma análise de suas dimensões explicativas. **Gestão & Produção** [online]. 2009, v. 10 , n. 4 [Acessado 13 agosto 2021, pp. 887-901. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-530X1378-14>>. Epub 30 Out 2015. ISSN 1806-9649. <https://doi.org/10.1570/0104-530X1378-24>.

SILVA, E. C. DA et al. **Análise bibliométrica dos estudos sobre cooperativismo em programas de pós-graduação no estado do rio grande do Sul, entre os anos de 2006 e 2016.** VIII Simpósio Iberoamericano em Comércio Internacional, desenvolvimento e Integração Regional, 2017.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**, São Paulo, 2002, Fundação Perseu Abramo.

VALADARES, J. H. **O pensamento Econômico Cooperativo.** Apostila. (Curso MBA em Gestão Empresarial de Cooperativa). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

VARGAS, M. Proximidade territorial, aprendizado e inovação: um estudo sobre a dimensão local dos processos de capacitação inovativa em arranjos e sistemas produtivos no Brasil. 2002. **Tese** (Doutorado) - Instituto de Economia - UFRJ. Rio de Janeiro.

VEIGA, J.E. da. A face territorial do desenvolvimento. In: Interações - **Revista Internacional de Desenvolvimento Local.** v. 3, n. 5, set. 2002.

VERONESE, Marilia Verissimo; GAIGER, Luiz Inácio; FERRARINI, Adriane Vieira. **Sobre a diversidade de formatos e atores sociais no campo da economia solidária.** Caderno CRH [online]. 2017, v. 30, n. 79 pp. 89-104.

WOJAHN, E., RECH, C. **Plano Territorial de Desenvolvimento rural sustentável:** Território da Cidadania Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Pelotas. CAPA. 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso:** planejamento e métodos. 2ª edição Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANCHI, Verence. **Ressignificação do alimento em roteiros de turismo rural:** uma estratégia de desenvolvimento regional no Vale do Rio Pardo - RS - Brasil. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11624/2442> acessado em 25/06/2006. Acesso em: 09/09/2021.

ZYLBERSZTAJN, D. Organização de cooperativas: desafios e Tendências. **RAUSP Management Journal**, v. 29, n. 3, p. 23-32, 1994.

Apêndices

APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DESTINADO A GESTORES COOPAR e ESPECIALISTAS EM DESENVOLVIMENTO RURAL

PERFIL DO RESPONDENTE

INSTITUIÇÃO: _____

CARGO: _____

TEMPO DE ATUAÇÃO _____

1. Qual a percepção sobre as ações das cooperativas agropecuárias no desenvolvimento da regional?
2. Na sua análise, considerando a atuação da Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores na Região Sul (COOPAR), que percepção faz sobre o futuro do cooperativismo agropecuário na região?
3. Acredita que existe um ambiente favorável para o desenvolvimento das cooperativas agropecuárias? Tem como mencionar alguns motivos?
4. Em sua opinião quais seriam os desafios mais importantes para o desenvolvimento de nossa região?
5. Considerando que a COOPAR é importante para os associados, na sua opinião, onde mais pode ser percebido a atuação da cooperativa?
6. Que tipo de benefícios são gerados na comunidade pela atuação das cooperativas agropecuárias?
7. Que tipo de ações podem colaborar para ampliar o conhecimento sobre a atuação e o funcionamento das cooperativas?
8. O que Sr. pensa sobre a inserção e impacto da cooperativa no desenvolvimento territorial?
9. Você considera que as políticas públicas (federal, estadual e municipal) direcionadas ao desenvolvimento são adequadas? e como elas são implantadas na região de atuação da COOPAR?

10. As novidades ou inovações tecnológicas são muito importantes para desenvolvimento do campo: considera que as cooperativas ajudam na disseminação e no desenvolvimento de novos conhecimentos? Como?
11. Cada região possui características culturais, valores e história distintas, considera isto importante para o desenvolvimento do cooperativismo?
12. A COOPAR desenvolve atividades que visam valorizar a história e a cultura local? Como? Cite alguns exemplos.
13. Algum comentário de livre escolha...

**APÊNDICE B: ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA SEMIESRUTURADA
COM PRODUTORES COOPERADOS DA COOPAR**

CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Qual a localidade: _____

Município: _____

Idade: _____ Grau de instrução: _____

Tempo de associado a COOPAR: _____

ADMINISTRAÇÃO DA PROPRIEDADE:

Situação fundiária: () terra própria () arrendatários () outros

Qual a área total da propriedade: _____

Quantas pessoas moram e trabalham na propriedade: _____

Qual a área utilizada para a agropecuária e quais são as principais culturas: _____

() Soja () Fumo () fruticultura () Milho () outros

Relacionar:

Produção de leite: _____ participação na renda em % _____

As pessoas da família realizam outras atividades fora da propriedade.

() sim () não

Se sim, quais as atividades exercidas

Tem intenção de introduzir ou trocar algum tipo de cultura?

Tem intenção de exercer outra atividade?

() sim () não

Especificamente para produtores de leite

Produz leite: _____

Quantos litros dia: _____

Enfrentou problemas na produção devido a algum dos fatores abaixo nos últimos 5 anos?

() preço do leite

() falta de assistência técnica

() fatores de clima como seca

- () com mão de obra
- () elevado custo de produção
- () outros

Pretende incrementar a produção de leite na propriedade?

- () aumentar () diminuir

Relacionar se possível os motivos?

SOBRE A COOPERATIVA e COOPERATIVISMO

1. Como ocorre a participação nas decisões da cooperativa?
2. Considera que a COOPAR atende satisfatoriamente os produtores de leite, para que estes possam desenvolver essa atividade?
3. A COOPAR é importante no desenvolvimento de suas atividades como produtor rural? Comente:
4. Considera que a COOPAR é importante para o desenvolvimento do seu município, por quê?
5. Existe um número de profissionais (técnicos, veterinários) suficientes atuando na Cooperativa?
6. Como as inovações e as novas tecnologias chegam até o campo? Como ocorre a implantação dessas tecnologias? Existem dificuldades de implantá-las? Qual o Papel da COOPAR nesta implantação?
7. Como cooperado, na sua percepção, a cooperativa promove atividades culturais, que estimulam a valorização da história?
8. Como vê a produção de leite em relação a expansão e ao cultivo de grãos, principalmente soja?
9. Algumas considerações livres.

Anexos



Imagens: Instalações COOPAR no interior do município de São Lourenço do Sul: A) Sede administrativa, B) Indústria Laticínios Pomerano, C) Unidade de recebimento e secagem de grãos e, D) Posto de combustíveis.

Fonte: Site COOPAR/ Pomerano Alimentos (<http://pomeranoalimentos.coop.br/>).